

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

O ano de 2013 foi especial para COPASA MG, pois foram completados 50 anos de história, marcados por muito trabalho e conquistas e pela permanente contribuição para o desenvolvimento social e econômico do Estado de Minas e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A companhia neste período manteve sempre vivo o compromisso de buscar a excelência dos serviços oferecidos, cumprindo assim a sua missão de prover soluções em abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, gerando valor para os clientes, acionistas, colaboradores e sociedade de forma sustentável.

No ano em que completou meio século de vida, a COPASA MG concluiu o ciclo de revisão do Planejamento Estratégico com novos fundamentos empresariais que irão nortear as suas ações nos próximos 5 anos.

O Governo do Estado, por intermédio da COPASA MG, lançou o Programa Água da Gente, o qual configura-se como o maior programa de saneamento da história de Minas Gerais, que prevê obras de melhorias, ampliação e implantação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento dos esgotos, bem como investimentos na melhoria da qualidade do serviço prestado nas 626 cidades mineiras atendidas pela COPASA MG e pela sua subsidiária COPANOR. Entre 2013 e 2016 serão investidos R\$ 4,55 bilhões dentro do "Água da Gente".

Os prêmios conquistados em 2013 atestam que as boas práticas de gestão adotadas, os princípios da ética e a preservação do meio ambiente, são as bases para o sucesso alcançado pela empresa.

A Diretoria de Operação Metropolitana da COPASA MG obteve o reconhecimento máximo nesta edição do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS 2013), o Troféu Quíron Diamante, o mais importante prêmio do saneamento na América Latina. O PNQS é consagrado como instrumento de referência na avaliação da melhoria contínua dos serviços de saneamento ambiental no país.

O Anuário Época Negócios 360º consagrou a COPASA MG pelo segundo ano consecutivo como a Melhor Empresa do Setor de Água e Saneamento. O Prêmio Valor 1000000 e a COPASA MG pela segunda vez, como a melhor empresa de saneamento do Brasil e recebemos uma premiação inédita da Revista Você S/A, em virtude de nossas políticas e práticas de Recursos Humanos.

Além disso, pelo quarto ano consecutivo, a COPASA MG foi incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. Esse índice objetiva refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, diferenciando-as em termos de qualidade, compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência, natureza do produto, além do desempenho nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e mudanças climáticas.

A COPASA MG encerrou o exercício com uma receita operacional líquida de água e esgoto de R\$ 3,01 bilhões (não considerando receita de construção) e EBITDA ajustado de R\$ 1,14 bilhão.

Os investimentos realizados em 2013 totalizaram R\$ 909,2 milhões. Desse total, R\$ 321,5 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 566,4 milhões foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e R\$ 21,3 milhões foram investidos em programas de desenvolvimento empresarial e operacional.

Em relação ao abastecimento de água, quando comparado com a posição de dezembro de 2012, a população atendida aumentou em quase meio milhão de pessoas (484 mil), que representaram um incremento de 3,4% no ano de 2013, atingindo a uma população total de aproximadamente 14,6 milhões de habitantes. Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, houve uma evolução ainda mais significativa, com um incremento de mais de meio milhão de pessoas (543 mil), que puderam dispor de serviços públicos de esgotamento sanitário em 2013, os quais representam uma elevação percentual de 6,2%, totalizando aproximadamente 9,3 milhões de habitantes beneficiados com esse serviço em todo o Estado.

O avanço no tratamento de esgotos é um marco importante na história da empresa, tendo recebido investimentos da ordem de R\$ 341,2 milhões em 2013, com um aumento do volume de esgoto tratado, que atingiu 237,3 bilhões de litros, da ordem de 12% em relação ao ano de 2012. Dentre as principais ações destaca-se o início de operação de 19 novas Estações de Tratamento de Esgotos em diversas cidades do Estado, dentre elas: Santa Luzia, Santa Rita do Sapucaí, Salinas, Conceição do Mato Dentro, Montalvânia e Mirabela. A Companhia encerrou o ano com 148 estações em operação e com 78 em construção com previsão de término até 2016.

Foram assinados 3 novos contratos de concessão para a prestação de serviços de esgotamento sanitário e renovadas as concessões em 12 sedes municipais para a prestação de serviços de abastecimento de água. Também iniciou-se a operação de 14 novos sistemas sendo 3 com abastecimento de água e 11 com serviços de esgotamento sanitário, destacando-se o do município de Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Finalmente, a Administração agradece a confiança e o suporte reiterados pelos colaboradores, clientes, acionistas e fornecedores ao longo do ano, que contribuíram para a melhoria da produtividade, rentabilidade e maior criação de valor para os acionistas e geração de riqueza para a sociedade.

1. Cenário Atual do Saneamento Básico

Desde a promulgação da Lei nº 11.445, em janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e sua regulamentação pelo Decreto nº 7.217, de junho de 2010, que o setor de saneamento vem passando por importantes mudanças e vivendo um novo momento institucional.

O grande desafio tem sido, desde então, a consolidação desse marco regulatório, e o desenvolvimento de projetos visando à universalização dos serviços de saneamento nos próximos 20 anos, princípio fundamental da Lei. Nesse sentido, Decreto da Presidência da República e em especial a Portaria Interministerial nº 571, de dezembro de 2013, aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB, que estabelece um conjunto de diretrizes, metas e ações para o alcance de níveis crescentes para a prestação dos serviços de saneamento básico no território nacional, na busca da universalização desses serviços.

Em Minas Gerais, atende-se às diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Lei Estadual nº 18.309/09 estabelecendo as normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado de Minas Gerais, e cria a Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – ARSAE MG. Desde então os reajustes tarifários a serem praticados pela empresa passaram a ser analisados e autorizados pela Agência Reguladora.

O fluxo de recursos financeiros para realização dos investimentos vem sendo mantido, nos últimos anos, por meio das fontes tradicionais de financiamento, quer sejam da Caixa Econômica Federal – CEF, com recursos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador ou de programas do Governo Federal como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Além dessas fontes, a COPASA MG tem captado recursos no mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures e nota promissória, assim como no mercado externo junto ao Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, recursos esses que estão sendo destinados ao "Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba". Os recursos desse e de outros programas são utilizados para incrementar o atendimento à população do Estado, com qualidade e regularidade, por meio de um crescente número de concessões, principalmente de esgoto sanitário, aumentando significativamente a atuação da empresa nesse componente dos serviços.

Esses fatos sinalizam novos tempos para o setor de saneamento, onde questões importantes, como a melhoria da gestão, planejamento dos serviços, o desenvolvimento tecnológico, consolidação das questões regulatórias e a tributação do setor, precisam ser discutidas e, principalmente, equacionadas.

2 - Expansão do Negócio

2.1 - Concessões dos Serviços de Água e Esgoto

Cumprindo a sua missão institucional de ser um agente do desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais, a COPASA MG não só ampliou e assegurou o atendimento nas áreas onde já atuava, como também expandiu seu mercado, assinando novas concessões para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em várias sedes municipais.

Também foram renovadas as concessões para a prestação de serviços de abastecimento de água em 12 sedes municipais: Astolfo Dutra, Camacho, Divisa Alegre, Florestal, Itamonte, Itapeva, Lagoa Grande, Marilac, Moeda, Nova Mógica, Nova Resende e Santa Juliana.

No exercício de 2013, a subsidiária COPANOR assumiu novas concessões para prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em sedes municipais e em diversas vilas e povoados.

De forma consolidada, a COPASA MG chegou ao final de 2013 como concessionária para prestação de serviços de água em 626 municípios e de esgotamento sanitário em 283 municípios, conforme quadro a seguir:

CONCESSÕES E OPERAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO			
ITEM	TOTAL	COPASA MG	COPANOR
Nº de Municípios com Concessão de Água	626	580	46
Nº de Municípios com Concessão de Esgoto	283	237	46
Nº de Municípios com Operação de Água	617	572	45
Nº de Municípios com Operação de Esgoto	223	194	29

Os municípios que ainda não entraram em operação estão em obras e/ou estágio final de Investimento.

2.2 - Investimentos

Os investimentos realizados em 2013 totalizaram R\$ 909,2 milhões. Desse total, R\$ 321,5 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 566,4 milhões foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e os R\$ 21,3 milhões restantes foram investidos em programas de desenvolvimento empresarial e desenvolvimento operacional.

Investimentos - (R\$ milhões)	Previsto	Realizado
Água	256,7	321,5
Esgoto	600,7	566,4
Outros	42,6	21,3
Total	900,0	909,2

Além da utilização dos recursos próprios, os investimentos foram equacionados mediante financiamentos obtidos junto à CEF, ao BNDES e ao KfW.

2.3 - Principais Programas e Ações Desenvolvidos em 2013

Dentre os diversos programas e ações desenvolvidos pela COPASA MG em Sistemas de Abastecimento de Água destacam-se os seguintes:

- complementação de interligação da Adutora Noroeste na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH);
- ampliação da capacidade de produção do Sistema Rio das Velhas na RMBH;
- implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Passabém, Fama e Santana do Deserto; e

- expansão da capacidade de atendimento de sistemas de abastecimento de água de diversas cidades, destacando: Belo Horizonte, Campos Gerais, Cássia, Cruzília, Contagem, Coromandel, Divinópolis, Esmeraldas, Felixlândia, Itamarandiba, Nova Lima, Prata, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Manso, Santa Vitória, São Gotardo, Taiobeiras e Ubá.

Já em relação aos Sistemas de Esgotamento Sanitário, destacam-se as seguintes obras realizadas ao longo de 2013:

- ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Belo Horizonte/Contagem, Cataguases, Montes Claros, Pedro Leopoldo, Pouso Alegre, Vespasiano e da Estação de Tratamento de Esgotos do Ribeirão Arrudas (ETE Arrudas);
- construção de Estações de Tratamento de Esgotos em Almenara, Barbacena, Betim (ETE Central) Caratinga, Conceição do Mato Dentro, Divinópolis, Extrema, Ibitiré, Jequitinhonha, Justinópolis em Ribeirão das Neves, Martinho Campos, Monte Azul, Nova Serrana, Raposos, Santa Luzia, Santo Antonio do Monte, Santos Dumont, São Gotardo, São Sebastião do Paraíso; Teófilo Otoni e Três Corações; e
- implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Camanducaia, Carmo do Paranaíba, Capitão Enéas, Carbonita, Coronel Fabriciano, Francisco Dumont, Itacarambi, Lontra, Manga, Serra dos Aimorés, São João da Ponte, Varzelândia e Verdelandia.

2.4 - Cooperação Técnica

A COPASA MG desenvolve diversas atividades de cooperação técnica com municípios, com outras companhias de saneamento e com o setor privado, no Brasil e no exterior. Tais atividades, nas modalidades de visita técnica, assistência técnica ou de consultoria, englobam todos os segmentos componentes da expertise da empresa, formada ao longo de 50 anos de serviços prestados ao povo de Minas Gerais. Durante o ano de 2013, destacaram-se as atividades na modalidade de visita técnica, que a empresa entende ser uma grande oportunidade para se criar um ambiente favorável à Cooperação Técnica, estabelecendo laços entre as partes envolvidas.

2.4.1 - Missão Britânica

A "UK Trade & Investment" (UKTI), departamento comercial do Governo Britânico, organizou a visita de uma Missão Britânica de Tecnologias para Gerenciamento de Água e de Resíduos Sólidos, entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro de 2013. Essa delegação, liderada pelo Ministro Richard Benyon, responsável pela pasta de Meio Ambiente, Água e Assuntos Rurais do Governo Britânico, escolheu duas empresas de saneamento brasileiras a serem visitadas, sendo uma delas a COPASA MG, que apresentou aos empresários britânicos uma visão institucional da empresa, seu plano de investimentos e o estágio de desenvolvimento tecnológico. A visita foi encerrada com a expectativa de se estimular o intercâmbio tecnológico entre as partes.

2.4.2 - Delegação Etiópe

Estimulado pelo Banco Mundial, o Diretor do Departamento de Água e Esgoto da empresa Morrison Hershfeld Linternational Inc. (Canadá), Sr. George Douglas McRae, organizou uma visita à COPASA MG de uma comitiva formada por técnicos e políticos, todos envolvidos num projeto piloto de sistema de esgotamento sanitário naquele país. A Delegação Etiópe foi formada pelo Prefeito de Addis Abeba, capital da Etiópia, e pela Equipe Técnica da AAWSA - Addis Abeba Water and Sanitation Development and Rehabilitation Project Office (Etiópia), totalizando 7 pessoas. A COPASA MG apresentou aos etíopes sua estrutura institucional e física com foco na infraestrutura de esgotamento sanitário na cidade de Belo Horizonte, com visita técnica às estações de tratamento de esgoto - ETE Arrudas (Coerção) e ETE ONÇA.

2.4.3 - Delegação do Governo de Moçambique

O Governo do Estado, por meio da SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, formalizou um convênio de Cooperação Técnica com o Governo de Moçambique visando à capacitação técnica e treinamento das equipes envolvidas nas atividades de especificação, aquisição e implementação de rotinas de controle de insumos. No que diz respeito a materiais para saneamento, a COPASA MG foi escolhida para receber as equipes e proceder o treinamento *in loco*. Este treinamento, visando o aprendizado sobre macrofluxo de compras, especificação, catalogação de materiais e governança de catálogo, envolveu a equipe de suprimentos da COPASA MG e foi realizado em três etapas durante o mês de novembro de 2013.

2.4.4 - Ministério da Fazenda

Visando subsidiar o programa de modernização da gestão do Ministério da Fazenda, o coordenador de gestão corporativa da Secretaria de Política Econômica procurou a COPASA MG, motivado pela premiação recebida pela empresa, apontada como uma das melhores empresas para se trabalhar no país, pelo Guia VOCE S/A. A agenda da cooperação técnica foi focada na Política de Gestão de Pessoas detalhando os aspectos destacados pela equipe do Ministério da Fazenda como de grande importância para o aprimoramento do seu processo de gestão.

2.5 - Subsidiárias

2.5.1 - COPASA Serviços de Irrigação S/A

A "COPASA Serviços de Irrigação S.A." iniciou suas atividades em março de 2008 e desde então, foram realizados investimentos no montante de R\$ 7,5 milhões com recursos do Tesouro do Estado. Esses investimentos destinaram-se à adequação da infraestrutura operacional e aquisição de veículos e equipamentos para a Etapa II do Perímetro Irrigado do Projeto Jaíba.

No início de 2013, o Governo do Estado decidiu pela transferência da gestão do Sistema de Irrigação da Etapa II do Jaíba para a Associação dos Irrigantes do JAIBA II – DIJ II, com base no Decreto Estadual nº 46.080 de 12/11/2012.

Em decorrência dessa mudança, a subsidiária "COPASA Serviços de Irrigação S.A." encontra-se em processo de liquidação.

2.5.2 - COPASA Águas Minerais de Minas S/A

A subsidiária COPASA Águas Minerais de Minas - AGMM foi criada pelo Governo de Minas para promover o retorno da produção, distribuição e comercialização das águas minerais das fontes das cidades de Caxambu, Cambuquira e Lambari, no Circuito das Águas de Minas Gerais, e também das fontes de Araxá.

Fruído do trabalho empreendido, a "Caxambu" foi a primeira marca a voltar ao mercado. A água mineral "Cambuquira", considerada uma das melhores águas do mundo, retornou ao mercado em julho de 2011. Já a "Araxá" retornou em agosto de 2012, sendo a melhor água naturalmente fluorada do Brasil. A tradicional água mineral "Lambari" voltou ao mercado em novembro de 2013, após concluída a reforma da fábrica e a adequação às determinações legais. Desde sua criação, a AGMM investiu R\$ 29,7 milhões, gerando 850 empregos diretos e indiretos.

Em 2013, a AGMM obteve um crescimento de sua área de atuação com a inclusão de novos distribuidores, estando presente além de Minas Gerais, em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Bahia, Ceará, Paraná e Santa Catarina, sendo envasados nessas unidades 3,1 milhões de litros de água mineral.

2.5.3 - COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – COPANOR

A "COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – COPANOR", subsidiária da COPASA MG, é a concessionária para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas localidades com população entre 200 e 5.000 habitantes, nas regiões norte e nordeste do Estado de Minas Gerais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo responsável pela execução do Projeto Estruturador do Governo do Estado "Vida no Vale". Ao final de 2013, estavam operando 198 sistemas de água, beneficiando 283 mil pessoas e 61 sistemas de esgotamento sanitário, beneficiando 118 mil pessoas.

Encontram-se em andamento as obras de implantação ou adequação da infraestrutura em mais de 150 localidades, e já estão concluídos, ou em fase final de aprovação, mais de 110 projetos de água e/ou esgoto cujas obras estão previstas para serem contratadas nos próximos dois anos.

De 2007 até dezembro de 2013, foram investidos pelo Governo do Estado através da COPANOR, com recursos do Tesouro Estadual o montante de R\$ 423 milhões em obras de saneamento, equipamentos, materiais e serviços.

2.6 - Modelagem de oportunidades de negócios

A COPASA MG vem desenvolvendo atividades de prospecção e modelagem de oportunidades de negócios desde 2011, buscando a expansão do mercado de atuação e o fortalecimento da imagem da empresa. Em 2013, foram estruturadas as seguintes parcerias público-privadas (PPP):

PPP do Manso

Parceria Pública Privada na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação, manutenção e operação compartilhada do Sistema Produtor de Água do Rio Manso, um dos responsáveis pelo abastecimento de água do sistema integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ampliando a sua capacidade de produção em mais 1,8 m³/s. O prazo total da Concessão Administrativa será de 15 anos envolvendo investimentos em obras civis, equipamentos e projetos, no montante aproximado de R\$ 202,5 milhões, necessários para disponibilização de infraestrutura de transporte e tratamento dos esgotos, nas bacias dos Rios Itapeçica, Pará e Ermida. A parceria tem como objetivo principal a ampliação do atendimento da coleta e tratamento de esgoto para um percentual próximo a 95% da população até o ano de 2022. A previsão de publicação do Edital de Licitação é de ocorrer ainda no 1º semestre de 2014.

PPP de Divinópolis

Parceria Pública Privada na modalidade de Concessão Administrativa, para a implantação e operação parcial do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Divinópolis, visando o atendimento ao Contrato de Programa firmado com a Prefeitura Municipal. O prazo total da Concessão Administrativa será de 27 anos envolvendo investimentos em obras civis, equipamentos e projetos, no montante aproximado de R\$ 202,5 milhões, necessários para disponibilização de infraestrutura de transporte e tratamento dos esgotos, nas bacias dos Rios Itapeçica, Pará e Ermida. A parceria tem como objetivo principal a ampliação do atendimento da coleta e tratamento de esgoto para um percentual próximo a 95% da população até o ano de 2022. A previsão de publicação do Edital de Licitação é de ocorrer ainda no 1º semestre de 2014.

3. Desempenho Operacional

3.1 - Dados de Atendimento

A população atendida com abastecimento de água, considerando a Controladora e a COPANOR, aumentou em 484 mil pessoas, um incremento de 3,4%, atingindo cerca 14,6 milhões de habitantes ao final de 2013. Esse desempenho representa um crescimento do número de ligações da Controladora e da COPASA, que representou um aumento de 136 mil novas ligações de água.

CONSOLIDADO			
ATENIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
Item	Unidades	2013	2012
Municípios com Concessão ⁽¹⁾	unidade	626	625
Municípios com Operação ⁽²⁾	unidade	617	612
População Atendida	mil habitantes	14.550	14.066
Ligações	mil unidades	3.915	3.779
Extensão de Rede	km	46.620	44.864
Volume de Água Faturado	1.000 m³/ano	684.359	667.325

⁽¹⁾: Total de municípios onde a empresa detém concessão em sedes ou vilas ou povoados ou outros.

⁽²⁾: Total de municípios onde a empresa opera concessão em sedes ou vilas ou povoados ou outros.

Nos serviços de esgotamento sanitário, o número total de municípios, considerando-se os operados pela COPASA MG e pela subsidiária COPANOR, passou de 200 em 2012 para 223 no ano de 2013, beneficiando uma população de 9,3 milhões de habitantes, com incremento de 543 mil pessoas atendidas.

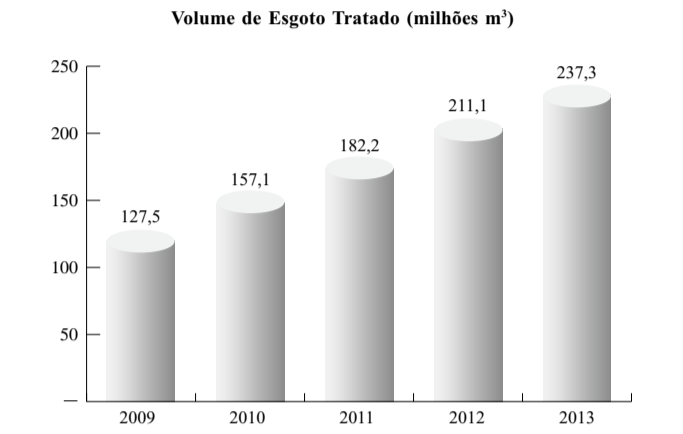
Esse atendimento é realizado por meio de 2,4 milhões de ligações de esgoto, representando um aumento de 146 mil ligações, ou 6,5%, em relação ao ano de 2012. Dessas, cerca de 43 mil referem-se ao início de operação em novas localidades. A rede coletora foi expandida em 2.045 km, totalizando mais de 22,1 mil km.

CONSOLIDADO			
ATENIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
Item	Unidades	2013	2012
Município com Concessão ⁽¹⁾	unidade	283	277
Municípios com Operação ⁽²⁾	unidade	223	200
Ligações	mil unidades	2.404	2.258
População Atendida	mil habitantes	9.328	8.785
Extensão de Rede	km	22.138	20.093
Volume de Esgoto Faturado	1.000 m³/ano	446.754	428.220
Volume de Esgoto Tratado	1.000 m³/ano	237.291	211.092

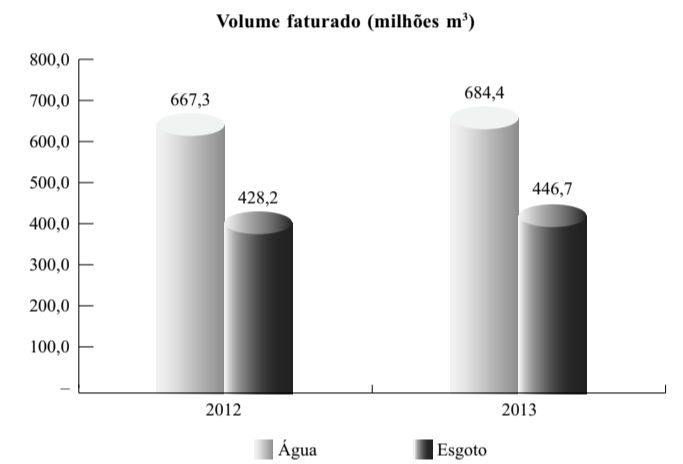
⁽¹⁾: Total de municípios onde a empresa detém concessão em sedes ou vilas ou povoados ou outros.

⁽²⁾: Total de municípios onde a empresa opera concessão em sedes ou vilas ou povoados ou outros.

O volume de esgoto tratado pela Companhia atingiu 237,3 bilhões de litros em 2013, com elevação percentual de mais de 12% em relação ao ano anterior, tendo sido iniciada a operação de 19 novas Estações de Tratamento de Esgotos – ETES em diversas cidades do Estado. Dentre elas, destacam-se Santa Luzia, Santa Rita do Sapucaí, Salinas, Conceição do Mato Dentro, Montalvânia e Mirabela.



Em 2013, com a expansão da Companhia, o volume faturado de água aumentou em 17,0 bilhões de litros e o volume faturado de esgoto em 18,5 bilhões de litros. A ampliação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas localidades que já eram operadas e o início de faturamento de sistemas de água e esgoto em novas localidades, tais como as sedes municipais de Buenópolis, Centralina, Capim Branco, Grão Mogol, Mirabela, Montalvânia e Sabará contribuíram para esse crescimento.



O resultado alcançado em termos da produtividade per pessoa, que é medido pela relação empregados/1.000 ligações totais (água + esgoto) passou de 1,96 empregados/1000 ligações em 2012, para 1,93 em 2013.

O quadro a seguir apresenta, para o período indicado, o desempenho de alguns indicadores operacionais/comerciais:

CONSOLIDADO			
INDICADORES DE DESEMPENHO COMERCIAL/OPERACIONAL			
Item	Unidades	2013	2012
1 - Empregados/.....	unidade	12,177	11,827
2 - Empregados/Ligações (A+E).....	emp./mil ligações	1,93	1,96
3 - Volume Faturado ÁGUA.....	1.000 m³/ano	684.359	667.325
ESGOTO.....	1.000 m³/ano	446.754	428.220
TOTAL.....	1.000 m³/ano	1.131.113	1.095.545
4 - Volume de Água produzido.....	1.000 m³/ano	973.885	948.816
5 - Índice de Hidrometração.....	%	99,90	99,89
6 - Índice de Perdas de Faturamento ⁽¹⁾⁽²⁾	%	29,70	29,65
7 - Água não Convertida em Receita ⁽²⁾	l/ligação/dia	236,48	234,12

⁽¹⁾: Média Anual

⁽²⁾: Dados da Controladora

O indicador Água não Convertida em Receita – ANCR, que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente faturado junto aos usuários, atingiu 236,48 l/ligação/dia, em 2013. Esse indicador, que mede basicamente a perda de água decorrente do rompimento de tubulações, furtos, etc., interrompeu seu ritmo de redução, mas continua sendo um dos mais baixos do setor.

O índice de inadimplência total, que corresponde à relação entre o saldo de contas a receber e o valor total faturado, considerando dados acumulados desde janeiro de 1998, atingiu 1,39% em 2013, sendo considerado um dos melhores do País e referência para as demais companhias que atuam no setor.

3.2 - Controle de Qualidade da Água

A rede laboratorial da COPASA MG foi reestruturada nos últimos anos. Esta rede é formada pelo Laboratório Central e pelos laboratórios Regionais e Distritais, totalizando 29 unidades, além de centenas de Laboratórios Locais, situados junto às estações de tratamento de água, os quais estão distribuídos estrategicamente por todo o território de Minas. São laboratórios modernos e dotados de equipamentos de última geração em pleno funcionamento, realizando mais de um milhão de análises mensais.

Atestada pelas análises realizadas, a água distribuída pela COPASA MG tem qualidade recon

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A tabela a seguir mostra, de forma detalhada, a evolução dos custos da Companhia nos períodos comparativos:

RS mil	2013	2012	Var (%)
Custos dos Serviços Prestados + Despesas Comerciais e Administrativas	2.286.482	2.012.471	13,6%
Pessoal.....	1.011.363	904.002	11,9%
Depreciações e amortizações.....	428.034	377.342	13,4%
Energia elétrica.....	220.560	241.057	-8,5%
Serviços de terceiros.....	394.460	295.892	33,3%
Material.....	118.939	105.436	12,8%
Custos operacionais diversos.....	51.565	43.284	19,1%
Repasse tarifário a municípios.....	71.933	68.120	5,6%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	73.672	67.019	9,9%
Créditos tributários.....	(84.044)	(89.681)	-6,3%

RS mil	2013	2012	Var (%)
Custos dos Serviços Prestados + Despesas Comerciais e Administrativas (sem depreciações/amortizações)	1.858.448	1.635.129	13,7%

Os itens que mais impactaram os custos da COPASA no ano de 2013, em comparação com 2012, foram:

- **Pessoal:** elevação de 11,9%, devido, principalmente, ao Acordo Coletivo da categoria cuja data base é maio; ao aumento em 2,2% no número de empregados da Companhia; e aos gastos com o Programa de Desligamento Voluntário de Empregado Aposentado e/ou em condições de se Aposentar (PDV), que totalizaram R\$ 26,8 milhões em 2013, contra R\$ 8,7 milhões em 2012. Em 2013, os gastos com esse Programa representaram 2,6% do total dos gastos com Pessoal (1,0% em 2012).
- **Depreciações e amortizações:** elevação de 13,4%, em decorrência do início de depreciação/amortização de ativos em função da incorporação de bens patrimoniais e obras encerradas ao longo do período comparativo.
- **Energia Elétrica:** a despesa de energia em 2013 apresentou redução de 8,5% (R\$ 20,5 milhões), devido especialmente, à queda da tarifa de energia elétrica a partir de janeiro de 2013, em cerca de 20%, em função da medida Provisória 579/2012. Tal redução foi parcialmente neutralizada pelo reajuste tarifário anual da concessionária de energia elétrica ocorrido em abril de 2013.
- **Serviços de terceiros:** aumento de 33,3%, devido, principalmente a:
 - elevação dos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas decorre, principalmente, de novos contratos com preços unitários mais altos, tendo em vista que o aquecimento da demanda no setor de construção civil tem impactado os preços da mão-de-obra dos serviços. Esses gastos foram influenciados também por novos contratos de prestação de serviços decorrentes da expansão da Companhia; e
 - elevação dos gastos com publicidade e propaganda visando à divulgação do Programa Água da Gente.
- **Materiais:** elevação de 12,8%, devido, principalmente ao aumento dos gastos com materiais de tratamento, combustíveis/lubrificantes e materiais de conservação e manutenção de sistemas em decorrência do aumento do consumo, em função da expansão da Companhia, e também pelo aumento dos preços desses produtos.
- **Créditos tributários:** queda de 6,3% em função da redução dos gastos com energia elétrica, que é um dos itens que mais contribuem para a recuperação dos referidos créditos.

4.3 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Em 2013, as Outras Receitas Operacionais apresentaram decréscimo de 11,1% devido, principalmente, ao fato de que em 2012 houve a contabilização no item “Outras Receitas” de incentivos fiscais oriundos do PRODES (Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas), no valor de R\$ 7,2 milhões, o que não ocorreu em 2013. Outro fator que pesou para a redução desse item foi a não recorrência em 2013 da recuperação de créditos tributários referentes a (i) correção monetária de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, compensados em 2012, no valor de R\$ 7,5 milhões, e (ii) compensação complementar de custos do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) de anos anteriores, no valor de R\$ 12,0 milhões.

Já as Outras Despesas Operacionais tiveram queda de 9,9%, em função de redução dos valores provisionados para processos judiciais. Abaixo quadro com os valores nos períodos comparativos:

Outras Receitas (Despesas) Operacionais (RS mil)	2013	2012	Var (%)
Outras Receitas Operacionais			
Receita de serviços técnicos.....	1.673	5.289	-68,4%
Reversão de provisão não dedutível.....	33.057	57.677	-42,7%
Recuperação de contas baixadas.....	66.193	35.732	85,2%
Outras receitas.....	7.804	23.632	-67,0%
Total de Outras Receitas Operacionais	108.727	122.330	-11,1%
Outras Despesas Operacionais			
Perdas eventuais ou extraordinárias.....	(53.653)	(70.400)	-23,8%
Outras despesas.....	(28.063)	(20.273)	38,4%
Total de Outras Despesas Operacionais	(81.716)	(90.673)	-9,9%
Total das Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	27.011	31.657	-14,7%

4.4 - EBITDA

O EBITDA de 2013, calculado conforme a Resolução CVM 527/2012, ou seja, englobando as receitas e custos de construção foram de R\$ 1,16 bilhão, contra R\$ 1,14 bilhão em 2012. Caso sejam desconsideradas as receitas e despesas de construção, o valor do EBITDA ajustado em 2013 é de R\$ 1,14 bilhão, com margem EBITDA de 36,3%, conforme quadro abaixo:

Cálculo do EBITDA *	2013	2012	Var. (%)
Lucro Líquido do exercício.....	419.795	481.723	-12,9%
(+) Tributos sobre o lucro.....	146.363	157.424	-7,0%
(+) Receita financeira líquida.....	158.769	122.551	29,6%
(-) Depreciações e amortizações.....	428.034	377.342	13,4%
(+) Resultado não operacional das subsidiárias.....	3.938	3.993	-1,4%
(=) EBITDA	1.156.899	1.143.033	1,2%
(=) Margem EBITDA	30,0%	32,0%	
EBITDA Ajustado			
(excluindo-se o resultado de construção).....	1.140.390	1.127.953	1,1%
Margem EBITDA Ajustado	36,3%	38,7%	

* O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, receita financeira líquida, depreciações e amortizações e do resultado não operacional das subsidiárias. A margem EBITDA é calculada sobre a receita total (receita líquida de água e esgoto, receita de construção, adicionadas das outras receitas operacionais e das receitas das subsidiárias). Já o EBITDA ajustado é calculado desconsiderando-se as receitas/custos de construção. As receitas de construção, embora não apresentem efeito caixa imediato, geram implicações no exercício em que são reconhecidas, tendo em vista que seu resultado faz parte da base de cálculo para o pagamento dos JCPs/dividendos e para a participação dos empregados nos lucros.

4.5 - Receitas (Despesas) Financeiras

RS mil	2013	2012	Var. (%)
Receitas Financeiras			
Variações monetárias e cambiais.....	14.200	51.645	-72,5%
Juros.....	9.907	21.696	-54,3%
Ganho real em aplicações financeiras.....	37.601	58.710	-36,0%
Capitalização de ativos financeiros/outs.....	24.126	2.768	n.m.
Total de receitas financeiras	85.834	134.819	-36,3%
Despesas Financeiras			
Variações monetárias e cambiais.....	(58.036)	(55.603)	4,4%
Juros sobre financiamentos.....	(181.481)	(194.447)	-6,7%
Diversas.....	(5.086)	(7.320)	-30,5%
Total de despesas financeiras	(244.603)	(257.370)	-5,0%
Resultado Financeiro Líquido	(158.769)	(122.551)	29,6%

Em relação às Receitas Financeiras, cabe destacar a redução nos itens “Juros” e “Ganho real em aplicações financeiras” em função de menor valor disponível em caixa para aplicação em títulos de curto prazo. Já a variação do item “Variações monetárias e cambiais” é explicada, principalmente, pela contabilização em 2012 de R\$ 23,1 milhões referentes à correção monetária dos recursos da 4ª Emissão de debêntures contratados junto ao BNDES.

Quanto às despesas financeiras, note-se que em função da reduzida participação da dívida em moeda estrangeira na dívida total da COPASA MG, o impacto da valorização do dólar e euro frente ao real foi pequeno. Ressalta-se que em 2012 também está contabilizado no item “Juros sobre financiamentos” o mesmo valor de R\$ 23,1 milhões referentes aos recursos contratados junto ao BNDES (4ª Emissão de debêntures) citados anteriormente.

Assim sendo, verificou-se um resultado líquido negativo 29,6% superior em 2013 comparativamente a 2012, passando de R\$ 122,6 milhões para R\$ 158,8 milhões.

4.6 - Lucro Líquido e Rentabilidade

O lucro líquido da controladora apurado em 2013 foi de R\$ 419,8 milhões, representando uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 7,9%. A elevação das receitas de água e esgoto em 8,6%, foi neutralizada pelo aumento nos custos e despesas em 13,6%, pela redução nas outras receitas operacionais líquidas em 14,7%, assim como pela elevação nas despesas financeiras líquidas em 29,6%.

RS mil	2013	2012	Var. (%)
Lucro Líquido	419.795	481.723	-12,9%
Lucro (Prejuízo) por Ação	3,52	4,04	-12,9%

4.7 - Remuneração aos acionistas

Em observância à Política de Dividendos aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, para o exercício de 2013, distribuir os dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei no 6.404/76. Esse percentual está acima do mínimo legal e estatutário.

Tais distribuições têm sido realizadas sob a forma de JCP, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto em seu Estatuto Social. Na realização da Assembleia Geral de Acionistas são ratificadas as distribuições referentes ao exercício. No quadro a seguir, as declarações de JCPs referente ao exercício de 2013.

Referência	Data da RCA	Data do crédito	Valor bruto (RS milhões)	Valor bruto por ação (RS)	Data do pagamento
1T13.....	18/03/2013	21/03/2013	38,1	0,3189	17/05/2013
2T13.....	24/06/2013	25/06/2013	36,4	0,3049	23/08/2013
3T13.....	20/09/2013	24/09/2013	31,1	0,2603	19/11/2013
4T13.....	29/01/2014	03/02/2014	34,1	0,2855	*
Acumulado 2013			139,7	1,1696	

*A data de pagamento será definida na AGO que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras de 2013.

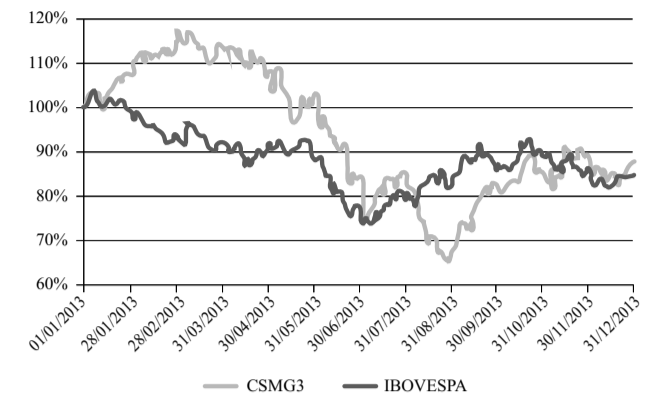
Para os próximos exercícios, conforme definida na Política de Dividendos, caberá ao Conselho de Administração a definição do percentual a ser distribuído a títulos de JCP observando o limite de 50% de lucro líquido. A distribuição ocorrerá trimestralmente, sendo que o pagamento se dará em até 60 (sessenta) dias após cada distribuição.

5. Estrutura Acionária e Desempenho das Ações

A COPASA MG tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA sob o código CSMG3 e está listada no Novo Mercado, segmento mais elevado de governança corporativa, desde a Oferta Pública Inicial de Ações - IPO realizada em 2006.

O capital social da Companhia é de R\$ 2,77 bilhões, representado por 119.684.430 ações ordinárias. Desse total, 51,1% pertencem ao Governo do Estado de Minas Gerais, 48,6% estão em circulação (*free float*) e o restante, 0,3%, encontra-se em tesouraria.

Em 2013, a cotação das ações, ajustada pelos Juros sobre o Capital Próprio, apresentou uma redução de 12,3%, enquanto, no mesmo período, o índice Ibovespa, que serve como indicador do desempenho médio das cotações das ações de maior representatividade do mercado de capitais brasileiro, apresentou decréscimo de 15,5%. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado da Companhia atingiu R\$ 4,2 bilhões.



Em 2013, as ações da COPASA MG estiveram presentes em 100% dos pregões, com volume médio diário de negociação de R\$ 11,7 milhões e uma média de 1.600 negócios por dia. As ações da COPASA MG fazem parte de importantes índices da BM&FBOVESPA, destacando-se o índice IBRX-Brasil (que lista as 100 ações mais líquidas da bolsa), o Índice de ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), o Índice de Governança Corporativa Diferenciado (IGC), o Índice de Governança Corporativa Novo Mercado (IGNM), o Índice Small Caps (SMML) e o Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT).

Além disso, pelo quarto ano consecutivo, a COPASA MG foi incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. Esse índice objetiva refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, diferenciando-as em termos de qualidade, compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência, natureza do produto, além do desempenho nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e mudanças climáticas.

6. Governança Corporativa e Relações com Investidores

A COPASA MG, quando da realização de seu IPO (Oferta Pública Inicial) em fevereiro de 2006, aderiu ao nível mais elevado de governança corporativa da BM&FBOVESPA, o Novo Mercado, um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, de forma voluntária, com a adoção de práticas de governança corporativa mais rigorosas do que aquelas exigidas pela legislação.

Com relação aos direitos dos acionistas da Companhia, assegurados pela condição de participante do Novo Mercado, destacam-se:

- direito ao voto, pois a COPASA MG possui apenas ações ordinárias;
- *free float* (ações em circulação) de no mínimo 25%, sendo que a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, 48,6% das ações em circulação;
- concessão aos acionistas minoritários de *tag along* de 100%, que é uma extensão aos acionistas minoritários das mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, em caso de oferta para aquisição do controle da Companhia;
- atuação com um Conselho de Administração composto de, no mínimo, 20% de conselheiros independentes, sendo que a COPASA MG possui 62,5% de conselheiros independentes;
- resolução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, conforme cláusula compromissória constante de seu Estatuto Social.

Com referência à política de Relações com Investidores - RI, a Companhia busca fornecer subsídios que sejam suficientes para a tomada de decisão em investir nas ações da COPASA MG, por meio de divulgação de informações com transparência, tempestividade e qualidade, visando assim, a redução da assimetria de informações.

Para isso, a Companhia divulga em seu site de RI, www.copasa.com.br/ri, as informações relativas às demonstrações financeiras, operacionais e suas respectivas análises, bem como as informações corporativas e societárias, entre outras, disponibilizadas e atualizadas sistematicamente nas versões português e inglês. Os investidores, analistas e mercado em geral têm à disposição o e-mail ri@copasa.com.br e o telefone 31 3250-1505, por meio do qual podem encaminhar sugestões, dúvidas e questionamentos, que são esclarecidos no menor prazo possível.

São também elaborados e colocados à disposição do mercado relatórios sobre o desempenho da COPASA MG. Entre os relatórios mais importantes, podem ser citados o Release Operacional, que é divulgado mensalmente e contém informações sobre o desempenho operacional, e o Release de Resultados, que apresenta uma análise detalhada dos resultados trimestrais. Além disso, são realizadas conferências trimestrais para a divulgação dos resultados e esclarecimento de dúvidas, com a participação do Diretor Presidente e da Diretora Financeira e de Relações com Investidores.

Em 2013, a COPASA MG participou de vários eventos do mercado de capitais. Dentre eles, destacam-se as reuniões no âmbito da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC, para a apresentação do desempenho e dos resultados da COPASA MG, que aconteceram em Belo Horizonte, Brasília, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Uberlândia. Outro destaque foi a realização do COPASA Day, em que analistas de mercado tiveram a oportunidade de conhecer de perto as atividades da Companhia, por meio de palestras e visitas a unidades operacionais.

A Companhia recebeu também, ao longo do ano, expressivo número de visitas de investidores e analistas dos mercados de capitais nacional e internacional. Participou, ainda, de conferências, seminários e reuniões, e realizou *non deal road shows* nos principais centros financeiros do Brasil e da América do Norte.

Como resultado dessa forma proativa de comunicação com o mercado, a COPASA MG contava, em dezembro de 2013, com 12 instituições elaborando relatórios com recomendações sobre a Companhia.

7. Prospecção e Inovação Tecnológica

A COPASA MG, dentre as atividades importantes que executa, ressalta a prospecção e inovação tecnológica que visa, primordialmente, mediante celebração de convênios de cooperação técnica, a realização de testes voltados para comprovar a qualidade e operacionalidade de novos produtos, tendo sempre como foco a racionalização de processos e métodos praticados pela empresa em prol da constante melhoria dos serviços prestados, nas vertentes do saneamento básico em que atua.

Dentre as diversas tecnologias prospectadas e implantadas na empresa, destacam-se a bomba anfíbia, utilizada para captação de água bruta e a tubulação flexível para poços profundos.

Em projetos de radiocomunicação, foram implantados sistemas de controle de unidades operacionais via rádio em Além Paraíba, Alfenas, Patos de Minas, Resplendor, Inhapim, Varginha, Monte Sião, Divinópolis e Pará de Minas.

No desenvolvimento das atividades de marcas e patentes a COPASA MG possui atualmente, dezoito cartas patentes (entre marcas e modelos de utilidade), quarenta marcas e oito *softwares*, inclusive o sistema de leitura e faturamento em tempo real com impressão simultânea de fatura, depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. A empresa é, também, titular de direitos sobre processos de registro de marcas no INPI, incluindo o registro da marca COPASA MG, além de possuir diversos inventos em processo de análise no Instituto.

8. Responsabilidade Social

A COPASA MG possui uma forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. Realiza diversos investimentos em projetos culturais, esportivos e sociais. Alguns desses projetos, inclusive, incentivam a formação e o desenvolvimento das comunidades com as quais interage, a exemplo do Coral Infantil Gotas da Canção e o grupo de teatro de Barbacena. Dentre seus principais projetos institucionais destacam-se: Contadores de Histórias, Encontro Mercado, Galeria de Arte COPASA MG e o Programa Chuá.

O Programa Chuá merece destaque especial, pois visa a formação dos usuários dos sistemas públicos de abastecimento de água, a partir de um programa de visitas a estações de tratamento de água em todo o território mineiro, o qual se encerra com um concurso de redações. Esse programa, criado em 1986, já contribuiu para a educação sanitária de aproximadamente 2,5 milhões de jovens da pré-escola à fase adulta.

8.1 - Recursos Humanos

A COPASA MG (controladora) encerrou o exercício de 2013 com 11.864 empregados, conforme distribuição apresentada no quadro abaixo:

DIA E MÊS DE REFERÊNCIA	31 de dezembro	
Exercício	2013	2012
Número por categoria profissional		
Técnico e operacional.....	8.785	8.515
Administrativo.....	3.079	3.096
Total	11.864	11.611

O investimento na capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos empregados é imprescindível para uma empresa que busca a excelência. A COPASA MG desenvolve o Programa de Educação Corporativa - PEC, voltado para todos os empregados e o Programa de Incentivo para Participação em Cursos Técnicos. Em 2013 foram oferecidas 40.071 oportunidades de treinamento, correspondendo a 433.864 horas de capacitação e subsidiando 178 cursos técnicos com reembolso de 90% do valor das matrículas e mensalidades.

Desde 2003 a COPASA MG utiliza-se da remuneração variável como parte do pagamento dos salários dos empregados por meio da Gratificação de Desempenho Institucional (GDI) - gratificação concedida a todos os empregados em razão do resultado do trabalho coletivo, e da Gratificação de Desempenho Gerencial (GDG) - gratificação concedida ao empregado ocupante de cargo de confiança, em função da apuração do desempenho da unidade organizacional que gerencia. Em 2011 foi implantada a Gratificação de Desempenho de Encarregado do Sistema (GDES) - gratificação concedida ao empregado ocupante da especialidade de Encarregado de Sistema, em função da apuração do desempenho operacional da(s) localidade(s) sob sua responsabilidade. A GDI, a GDG e a GDES são mecanismos de avaliação atrelados a indicadores de desempenho, que possuem relação direta com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, premiando o esforço de sua força de trabalho para o êxito das estratégias.

Outro programa vinculado a indicadores de desempenho empresarial é o Programa de Participação nos Lucros - PL. Instituído em 2005, em conformidade com a legislação vigente, beneficia todos os empregados, com distribuição linear do montante apurado para cada ano. Além da gratificação pelo trabalho coletivo, a COPASA MG dispõe de políticas de crescimento profissional horizontal e vertical baseadas em avaliações individuais de desempenho, bem como processos seletivos internos para cargos gerenciais e demais postos de trabalhos.

Buscando referenciais de mercado para avaliação e aprimoramento de seus processos, em 2013 a COPASA MG participou de duas pesquisas externas e figurou no “Guia 2013 Você S/A - As Melhores Empresas para Você Trabalhar” como uma das cinco instituições públicas que são modelo em Gestão de Pessoas.

Para os empregados que se encontram aposentados ou em condições de se aposentar e espontaneamente manifestam sua intenção de desligar-se da Empresa, a COPASA MG oferece o Programa de Desligamento Voluntário de Empregados Aposentados e/ou em

Condições de se Aposentar - PDV que já possibilitou o desligamento de 722 empregados, sendo 335 em 2013.

8.2 - Dimensão social

Dentre os diversos programas sociais desenvolvidos pela COPASA MG destacam-se:

Saneamento rural: a COPASA MG participa das ações do Governo Estadual no atendimento às pequenas localidades carentes de infraestrutura sanitária, implementando diversos programas sociais em sedes municipais, comunidades rurais e escolas estaduais efetivados por convênios e/ou contratos. Estes programas visam à melhoria da qualidade de vida e da saúde das populações onde a COPASA MG não detém a concessão para prestação dos serviços, por meio da implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos sólidos.

Estágio: tem, por objetivo, contribuir para a formação profissional de estudantes de nível universitário e técnico. Em 2013 foram oferecidas 367 oportunidades de estágio, sendo 232 para estudantes externos e 135 para estudantes empregados.

Menor Aprendiz: em convênio com o SENAI, possibilitou a contratação, em 2013, de 226 jovens com idade variando de 16 a 24 anos, contribuindo para a sua capacitação, o desenvolvimento e o consequente aumento das chances de inserção no mercado de trabalho.

Confia em 6%: o Programa de Doações dos Empregados da COPASA MG para o Fundo da Infância e da Adolescência - CONFIA EM 6%, proporciona aos empregados da empresa a oportunidade de destinar parte do Imposto de Renda devido a entidades filantrópicas de assistência a crianças e adolescentes carentes. A Campanha 2013 teve uma arrecadação de R\$ 756 mil, que irá beneficiar crianças e adolescentes de 46 cidades mineiras.

Outros programas e ações

Manutenção da saúde dos empregados e seus familiares

Programa de Reabilitação Profissional, Programa de Assistência Especial, Programa de Planejamento Financeiro Familiar, Grupo de Teatro COPASA MG e Programa de Promoção da Saúde e Bem-Estar, integrando os programas de Atenção à Saúde e Prevenção de AIDS - APA, de Prevenção e Atendimento ao Sujeito em Relação ao Álcool e às Drogas - PASA, de Apoio à Família e ao Adolescente - PAFA, de Ergonomia, e de Combate à Dengue.

Apoio, patrocínios e eventos relevantes

Além dessas ações a COPASA MG patrocinou em 2013 vários eventos culturais, artísticos, sociais e esportivos proporcionando atividades de lazer, de saúde e de entretenimento para a população mineira.

9. Responsabilidade Ambiental

Política Ambiental

A Política de Gestão Ambiental da COPASA MG, está inserida no Planejamento Estratégico da Empresa com vigência para o período de 2013 a 2017, e estabelece como objetivo estratégico “Fortalecer a atuação socioambiental” com a preocupação de agir proativamente nas questões sociais e ambientais relacionadas aos processos e serviços realizados pela Companhia.

Para garantir

BALANÇO SOCIAL (NÃO AUDITADO)

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (mil reais)			2012 Valor (mil reais)		
	Receita líquida de água e esgoto (RL) ¹			3.007.736		
Receita líquida total ²			3.714.818			3.429.090
Resultado operacional (RO) ³			566.158			639.147
Folha de pagamento bruta (FPB)			1.011.363			904.002
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	116.746	11,54%	3,88%	103.702	11,47%	3,75%
Encargos sociais compulsórios	235.379	23,27%	7,83%	202.586	22,41%	7,32%
Previdência privada	37.282	3,69%	1,24%	33.683	3,73%	1,22%
Saúde	47.425	4,69%	1,58%	42.408	4,69%	1,53%
Segurança e saúde no trabalho	6.928	0,69%	0,23%	5.839	0,65%	0,21%
Educação	2.829	0,28%	0,09%	2.538	0,28%	0,09%
Cultura	191	0,02%	0,01%	124	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.912	0,19%	0,06%	1.805	0,20%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	846	0,08%	0,03%	787	0,09%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	32.670	3,23%	1,09%	27.613	3,05%	1,00%
Outros ⁴	11.649	1,15%	0,39%	10.457	1,16%	0,38%
Total - Indicadores sociais internos	493.857	48,83%	16,42%	431.542	47,74%	15,59%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.084	0,19%	0,04%	1.120	0,18%	0,04%
Cultura	3.355	0,59%	0,11%	3.314	0,52%	0,12%
Saúde e saneamento ⁵	277.249	48,97%	9,22%	214.789	33,61%	7,76%
Esporte	874	0,15%	0,03%	883	0,14%	0,03%
Combate à fome e segurança alimentar ⁶	29	0,01%	0,00%	433	0,07%	0,02%
Outros ⁷	535	0,09%	0,02%	773	0,12%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	283.126	50,01%	9,41%	221.312	34,63%	7,99%
Tributos (excluídos encargos sociais)	381.832	67,44%	12,69%	374.541	58,60%	13,53%
Total - Indicadores sociais externos	664.958	117,45%	22,11%	595.853	93,23%	21,52%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	363.947	64,28%	12,10%	356.345	55,75%	12,87%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	7.335	1,30%	0,24%	9.642	1,51%	0,35%
Total dos investimentos em meio ambiente	371.282	65,58%	12,34%	365.987	57,26%	13,22%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais:			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013				2012	
Número de empregados ao final do período	11.864				11.611	
Número de admissões durante o período	767				378	
Número de empregados terceirizados ⁸	1.340				725	
Número de estagiários	103				101	
Número de empregados acima de 45 anos	5.262				5.259	
Número de mulheres que trabalham na empresa	1.177				1.179	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,98%				20,54%	
Número de negros que trabalham na empresa	5.031				4.826	
% de cargos de chefia ocupados por negros	14,28%				13,40%	
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	469				459	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013				Metas 2014	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,79				ND	
Número total de acidentes de trabalho	284				276	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos os empregados	(X) todos + Cipa	() direção e gerências	() todos os empregados	(X) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a Empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Adotado à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na empresa: 1.111.911	na empresa: 100%	no Procon: 344	na empresa: 1.089.312	na empresa: 176	na Justiça: 2.452
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100%	na empresa: 100%	na Justiça: 42,61%	na empresa: 100%	na Justiça: 60%	na Justiça: 65%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 2.094.570			Em 2012: 2.045.417		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,60% governo 6,66% acionistas	41,71% colaboradores 11,65% terceiros	13,38% retido	26,08% governo 7,76% acionistas	37,84% colaboradores 12,36% terceiros	15,95% retido
7 - Outras Informações	CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.					
	Esclarecimentos sobre as informações declaradas: Divisão de Responsabilidade Social, telefone 55 31 3250.1560, e-mail dvr@copasa.com.br.					
	Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.					
	Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.					
	1 - No Balanço Social de 2013, está sendo considerado o valor da Receita Líquida proveniente das atividades principais da Companhia, ou seja, serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o cálculo dos indicadores, não sendo considerado o valor das Receitas de Construção advindas da conversão para o IFRS.					
	2 - Receita líquida de água e esgoto + receita de construção. O valor de 2012 difere do divulgado em 2012, em função de ajustes contábeis, conforme descrito na Nota Explicativa 3.23 das Demonstrações Financeiras de 2013.					
	3 - O valor de 2012 difere do divulgado em 2012, em função de ajustes contábeis, conforme descrito na Nota Explicativa 3.23 das Demonstrações Financeiras de 2013.					
	4 - Gastos com benefícios para os empregados tais como: auxílio-funeral, confraternizações institucionais, Programa de Planejamento Financeiro Familiar, Programa de Preparação para a Aposentadoria, seguros, solenidade para os empregados que completaram 25 anos de serviços prestados à Copasa e vale-transporte para empregados.					
	5 - Ampliação das famílias beneficiadas com a Tarifa Social, em conformidade com a Resolução Normativa 020/2012 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE MG).					
	6 - A diferença do valor deve-se à destinação de recursos, realizada em 2012 por meio de incentivo fiscal, a um programa que distribuiu complemento alimentar para entidades de assistência social.					
	7 - Patrocínio a eventos e projetos diversos, tais como: Programa de Doação dos Empregados da Copasa ao Fundo da Infância e Adolescência, Programa Fica Vivo e Seminário Internacional de Responsabilidade Social.					
	8 - O número de empregados(as) terceirizados(as) é estimado considerando a mão de obra alocada nos contratos de serviço, pois a Copasa não contrata terceiros diretamente.					

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado			PASSIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012			31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
CIRCULANTE															
Caixa e equivalente de caixa	06	260.481	496.425	241.536	261.938	497.701	242.371	Emprestimos e financiamentos	12	196.259	228.981	371.225	196.663	228.981	371.225
Contas a receber de clientes	07	697.105	578.853	471.797	702.205	583.513	475.726	Debêntures	12	275.267	134.024	172.457	134.024	172.457	
Títulos e valores mobiliários	07	-	20.135	-	-	20.135	-	Fornecedores		135.338	157.397	108.068	156.104	172.440	
Estoques		34.486	33.121	29.074	37.166	35.187	31.965	Impostos, taxas e contribuições		53.385	47.293	42.427	53.914	47.774	
Impostos a compensar		23.283	21.171	36.236	24.436	21.913	37.009	Imposto de renda e contribuição social a pagar		379	-	7.374	379	-	
Convênio de cooperação técnica	16	-	-	5.085	12.298	-	5.817	Parcelamento de impostos	11	41.144	35.676	41.239	41.144	35.676	
Bancos e aplicações de convênio	16	36.688	47.480	9.161	36.794	67.715	11.671	Provisão para férias	11	92.023	84.653	76.587	92.679	85.172	
Créditos diversos		27.665	22.991	21.741	25.201	23.066	21.762	Participação dos empregados nos lucros	14	33.087	27.968	28.317	33.087	27.968	
Total do ativo circulante		1.079.708	1.220.176	814.630	1.100.038	1.249.230	826.321	Convênio de cooperação técnica	16	6.547	31.851	-	-	39.734	
NÃO CIRCULANTE								Obrigações de benefício de aposentadoria	17	26.409	24.602	12.119	26.409	24.602	
Realizável a longo prazo:								Juros sobre o capital próprio	18	31.646	46.469	26.921	31.646	46.469	
Contas a receber de clientes	07	212.580	220.000	220.060	212.580	220.000	220.060	Energia elétrica	11	10.832	6.618	24.670	11.202	6.932	
Caução em garantia de financiamentos	07	133.410	132.961	131.778	133.410	132.961	131.778	Obrigações diversas	11	12.317	13.652	56.558	12.343	13.868	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	118.944	176.406	149.566	118.944	176.406	149.566	Total do passivo circulante		914.633	839.184	967.962	930.837	863.640	
Créditos com controladas	07/26	109.790	106.831	76.048	-	-	-	NÃO CIRCULANTE							
Aplicação financeira vinculada	07	97.380	188.661	328.891	97.380	188.661	328.891	Empréstimos e financiamentos	12	1.192.469	1.152.892	1.248.370	1.193.498	1.152.892	
Ativos financeiros disponíveis para venda	21	48.638	28.850	25.079	48.638	28.850	25.079	Debêntures	12	1.492.272	1.543.481	1.017.907	1.492.272	1.543.481	
Ativos financeiros - contratos de concessão	05	494.836	390.757	325.493	494.836	390.757	325.493	Parcelamento de impostos	11	212.580	220.000	220.060	212.580	220.000	
Créditos diversos	07	54.524	39.907	16.534	54.835	40.218	17.241	Provisão tributária	13	-	16.456	44.619	-	16.456	
		1.270.102	1.284.373	1.273.449	1.160.623	1.177.853	1.198.108	Provisão para demandas judiciais	13	76.474	63.932	43.956	77.753	64.318	
Investimentos	08	260	260	260	260	260	260	Obrigações de benefício de aposentadoria	17	106.010	259.071	149.285	106.010	259.071	
Intangível	09	6.900.753	6.463.360	6.060.456	6.900.755	6.463.373	6.060.461	Provisão para perdas em investimentos	08/26	86.346	79.169	45.604	-	-	
Imobilizado	10	205.478	175.494	160.871	226.794	198.623	185.699	Obrigações diversas	11	38.158	34.590	38.808	38.161	34.593	
Total do ativo não circulante		8.376.593	7.923.487	7.495.036	8.288.432	7.840.109	7.444.528	Total do passivo não circulante		3.204.309	3.369.591	2.808.609	3.120.274	3.290.811	
TOTAL DO ATIVO		9.456.301	9.143.663	8.309.666	9.388.470	9.089.339	8.270.849	PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
								Capital social realizado	18	2.773.985	2.773.985	2.636.499	2.773.985	2.773.985	
								Reservas de capital	18	-	-	3.782	-	3.782	
								Reservas de lucro	18	2.508.330	2.198.133	1.870.586	2.508.330	2.198.133	
								Ações em tesouraria	18	(8.576)	(8.576)	(9.190)	(8.576)	(9.190)	
								Ajustes de avaliação patrimonial	18	63.620	(28.654)	31.418	63.620	(28.654)	
								Total do patrimônio líquido		5.337.359	4.934.888	4.533.095	5.337.359	4.934.888	
								TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.456.301	9.143.663	8.309.666	9.388.470	9.089.339	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

||
||
||

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de capital			Reservas de lucro			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Debêntures conversíveis	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
EM 01 DE JANEIRO DE 2012	2.636.499	3.782	(9.190)	170.109		20.277	1.680.200	-	4.501.677
Ajustes de exercícios anteriores e de mudanças nas políticas contábeis (Nota 3.23)									
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(4.050)	(4.050)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	3.279	3.279
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	48.284	48.284
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	(16.095)	(16.095)
Total dos ajustes de exercícios anteriores								31.418	31.418
SALDOS DE ABERTURA AJUSTADO	2.636.499	3.782	(9.190)	170.109		20.277	1.680.200	-	4.533.095
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	-	481.723	481.723
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(74.268)	(74.268)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	2.489	2.489
Total do resultado abrangente do exercício								481.723	(71.779)
Conversão de debêntures	-	133.704	-	-	-	-	-	-	133.704
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	137.486	(137.486)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição intangível	-	-	614	-	-	-	-	-	614
Distribuição proposta:									
- Reserva legal	-	-	-	24.346	-	-	-	(24.346)	-
- Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	7.208	-	-	(7.208)	-
- Retenção de lucros	-	-	-	-	-	295.993	-	(295.993)	-
- Juros sobre o capital próprio (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(159.381)	(159.381)
Reconhecimento antecipado de contratos de concessão (Nota 3.23)	-	-	-	-	-	-	16.912	-	16.912
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	7.887	(7.887)
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	(2.682)	2.682
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REAPRESENTADO)	2.773.985	-	(8.576)	194.455		27.485	1.993.105	(45.566)	4.934.888

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONSOLIDADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de capital			Reservas de lucro			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Debêntures conversíveis	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros					
EM 01 DE JANEIRO DE 2012	2.636.499	3.782	(9.190)	170.109		20.277	1.680.200	-	31.927	4.533.604	4.533.604
Ajustes de exercícios anteriores e de mudanças nas políticas contábeis (Nota 3.23)											
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(4.050)	(4.050)	-	(4.050)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis p/venda	-	-	-	-	-	-	-	3.279	3.279	-	3.279
IR e CS diferidos sobre ajustes	-	-	-	-	-	-	-	262	262	-	262
Total dos ajustes de exercícios anteriores								(509)	(509)		(509)
SALDOS DE ABERTURA AJUSTADO	2.636.499	3.782	(9.190)	170.109		20.277	1.680.200	-	31.418	4.533.095	4.533.095
Resultado abrangente do exercício											
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	-	481.723	481.723	-	481.723
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(74.268)	(74.268)	-	(74.268)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis p/venda	-	-	-	-	-	-	-	2.489	2.489	-	2.489
Total do resultado abrangente do exercício								481.723	(71.779)		409.944
Conversão de debêntures	-	133.704	-	-	-	-	-	-	-	-	133.704
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	137.486	(137.486)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição intangível	-	-	614	-	-	-	-	-	-	614	614
Distribuição proposta:											
- Reserva legal	-	-	-	24.346	-	-	-	(24.346)	-	-	-
- Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	7.208	-	-	(7.208)	-	-	-
- Retenção de lucros	-	-	-	-	-	295.993	-	(295.993)	-	-	-
- Juros sobre o capital próprio (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(159.381)	-	-	(159.381)
Reconhecimento antecipado de contratos de concessão (Nota 3.23)	-	-	-	-	-	-	16.912	-	16.912	-	16.912
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	7.887	(7.887)	-	-
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	(2.682)	2.682	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REAPRESENTADO)	2.773.985	-	(8.576)	194.455		27.485	1.993.105	(45.566)	4.934.888		4.934.888

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de capital			Reservas de lucro			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros						
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REAPRESENTADO)	2.773.985	(8.576)	194.455	27.485		1.993.105	-	(45.566)	4.934.888		4.934.888
Resultado abrangente do exercício											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	419.795	-	419.795	-	419.795
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	100.485	100.485	-	100.485
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis p/venda	-	-	-	-	-	-	-	13.060	13.060	-	13.060
Total do resultado abrangente do exercício							419.795	113.545	533.340		533.340
Distribuição proposta:											
- Reserva legal	-	-	20.990	-	-	-	-	-	-	-	-
- Retenção de lucros	-	-	-	-	263.582	-	-	(263.582)	-	-	-
- Juros sobre o capital próprio (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(139.582)	-	-	(139.582)
Outras movimentações do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	8.713	-	8.713	-	-	8.713
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	6.604	(6.604)	-	-	-
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	2.245	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.773.985	(8.576)	215.445	27.485		2.265.400	-	63.620	5.337.359		5.337.359

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	419.795	481.723	419.795	481.723
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido				
Provisões (reversões) para créditos de liquidação duvidosa	73.672	57.421	75.649	58.715
Recuperação de contas baixadas	(66.193)	(35.732)	(66.582)	(36.340)
Encargos e variações monetárias e cambiais, líquidas	16.096	(122)	17.521	1.164
Receitas e despesas de juros	175.754	189.762	175.866	189.762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.682	1.425	7.682	1.425
Resultado da equivalência patrimonial	7.177	13.320	-	-
Baixas líquidas de intangível e imobilizado	28.902	11.019	31.193	14.809
Depreciação e amortização	428.034	377.342	430.618	379.930
Constituição (reversão) de provisões	(209)	(3.392)	344	(4.477)
Provisão com benefícios de aposentadoria	61.366	53.854	61.366	53.854
Ativos financeiros	(12)	-	(12)	-
Receita de subvenção	-	(7.208)	-	(7.208)
Margem líquida da receita de construção	(16.509)	(15.080)	(16.509)	(15.080)
Lucro ajustado	1.135.555	1.124.332	1.136.931	1.118.277
Redução (aumento) no ativo operacional				
Contas a receber de clientes	(95.988)	(76.712)	(98.016)	(78.129)
Estoques	(1.365)	(4.047)	(1.979)	(3.221)
Impostos a recuperar	(2.112)	16.173	(2.525)	16.204
Bancos e aplicações de convênios	10.792	(38.319)	30.922	(56.044)
Caução em garantia de financiamentos	8.171	11.527	8.171	11.527
Créditos com controladas	(3.856)	(1.073)	-	-
Outros ativos financeiros	(15.031)	(65.264)	(15.031)	(65.264)
Outros	(24.867)	(24.623)	(24.748)	(24.282)
Aumento (redução) no passivo operacional				
Fornecedores	(22.059)	49.329	(16.337)	60.948
Impostos, taxas e contribuições	6.471	(2.508)	6.518	(2.350)
Provisões para férias	7.370	8.066	7.509	8.222
Participação dos empregados nos lucros	5.119	(349)	5.119	(349)
Convênio de cooperação técnica	(25.304)	36.936	(52.032)	45.551
Contingências	(3.705)	(4.795)	(3.365)	(5.815)
Obrigações de benefícios de aposentadoria	(36.559)	(22.383)	(36.559)	(22.383)
Energia elétrica	4.214	1.176	4.270	1.490
Outros	10.596	(39.383)	10.606	(39.350)
Juros pagos	(233.779)	(241.804)	(233.854)	(241.804)
Pagamento de passivo atuarial	(23.811)	(21.730)	(23.811)	(21.730)
Pagamento de parcelamento de impostos	(37.140)	(32.090)	(37.140)	(32.090)
Caixa líquido das atividades operacionais	662.712	672.459	664.649	669.408
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:				
Aplicações de ativos financeiros e aplicação financeira vinculada	-	(80.000)	-	(80.000)
Resgates de ativos financeiros e aplicação financeira vinculada	118.083	229.307	118.083	229.307
Aquisição de investimentos	-	(8.179)	-	-
Compra de ativos intangível e imobilizado	(911.759)	(706.033)	(914.911)	(710.720)
Caixa líquido das atividades de investimento	(793.676)	(564.905)	(796.828)	(561.413)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:				
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	391.806	785.553	393.368	785.553
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(337.823)	(457.559)	(337.989)	(457.559)
Juros sobre o capital próprio pagos	(154.405)	(140.941)	(154.405)	(140.941)
Pagamento de principal e juros Cemig	-	(20.112)	-	(20.112)
Pagamento de principal e juros de débitos de concessões	(4.558)	(9.073)	(4.558)	(9.073)
Pagamento de provisão tributária	-	(10.533)	-	(10.533)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(104.980)	147.335	(103.584)	147.335
Variação líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(235.944)	254.889	(235.763)	255.330
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	496.425	241.536	497.701	242.371
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	260.481	496.425	261.938	497.701
Variação líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(235.944)	254.889	(235.763)	255.330

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atua em 888 localidades no Estado de Minas Gerais (882 em dezembro de 2012), em operações de abastecimento de água ou operações de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 4.647.083 economias atendidas (4.499.455 em dezembro de 2012). Merece destaque as vinte maiores concessões dos serviços de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário		
Localidade	Nº. de Economias	Vencimento	Localidade	Nº. de Economias	Vencimento
Belo Horizonte	976.304	2034	Belo Horizonte	938.773	2034
Contagem	231.399	2073	Contagem	201.682	2073
Betim	137.171	2042	Montes Claros	129.836	2028
Montes Claros	130.098	2028	Betim	111.215	2042
Ribeirão das Neves	97.429	2034	Ipatinga	88.872	2022
Divinópolis	89.943	2041	Divinópolis	80.489	2041
Ipatinga	82.716	2022	Ribeirão das Neves	73.137	2034
Santa Luzia ⁽¹⁾	69.275	2013	Patos de Minas	54.475	2038
Patos de Minas	54.930	2038	Santa Luzia	54.127	2013
Ibirité	52.283	2034	Pouso Alegre	49.967	2046
Pouso Alegre	50.436	2046	Varginha ⁽²⁾	48.875	2013
Varginha ⁽¹⁾	49.937	2013	Conselheiro Lafaiete ⁽¹⁾	42.529	2010
Conselheiro Lafaiete ⁽¹⁾	49.195	2010	Ibirité	39.976	2034
Teófilo Otoni	41.989	2034	Lavras	38.134	2034
Sabará	41.773	2042	Araxá	37.775	2032
Lavras	40.136	2034	Teófilo Otoni	36.080	2034
Araxá	38.619	2032	Sabará	33.257	2042
Ubá	35.453	2014	Itajubá	32.909	2034
Itajubá	35.190	2034	Alfenas	31.568	2033
Nova Lima	34.960	2028	Pará de Minas ⁽¹⁾	30.254	2009

⁽¹⁾ O contrato de concessão com o Município de Conselheiro Lafaiete encerrou-se em 23 de julho de 2010, e com o Município de Pará de Minas encerrou-se em 11 de outubro de 2009. O faturamento de água e esgoto em 2013 de Conselheiro Lafaiete foi de R\$30.566 e em Pará de Minas de R\$29.930(R\$28.076 e R\$30.374 em 2012), ou 0,87% e 0,85 % (0,88% e 0,95% em 2012) do faturamento da Companhia, respectivamente. O contrato de concessão com o Município de Varginha encerrou-se em 01 de dezembro de 2013, e com o Município de Santa Luzia encerrou-se em 01 de setembro de 2013 e a Companhia está enviando esforços para renovar estas concessões, estando em processo de negociação com os referidos municípios.

Encontram-se vencidas, em 31 de dezembro de 2013, 55 concessões, que representam cerca de 6,19% das economias totais da Companhia, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais.

A Diretoria Executiva da Companhia autoriza a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 da controladora e consolidadas em 28 de janeiro de 2014.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

2.1 - Base de preparação

As Demonstrações Financeiras são preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações Financeiras individuais - Controladora

As Demonstrações Financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas.

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Demonstrações Financeiras individuais quanto nas Demonstrações Financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da COPASA MG, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Demonstrações Financeiras individuais diferem da IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme a IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(b) Demonstrações Financeiras consolidadas - Consolidado

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 - Consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

Controladas:	% de participação no capital	
	Total	Votante
Copasa Águas Minerais de Minas S/A	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A	100	100

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. Essas controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As Demonstrações Financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa em uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui dois segmentos distintos, um representado pelo segmento de serviços de água e esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, e o outro representado pela venda de produtos pela sua subsidiária Copasa Águas Minerais de Minas S/A. As informações por segmentos são demonstradas na Nota 19.

3.2 - Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4 - Ativos financeiros

3.4.1 - Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos em garantias, contas a

receber de clientes, bancos e aplicações de convênios, aplicações financeiras vinculadas, ativos financeiros de concessões, título patrimonial, créditos com controladas e demais contas a receber.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até doze meses após a data do balanço. Os investimentos realizados pela Companhia classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

3.4.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

3.4.3 - Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas subsidiárias, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas subsidiárias pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

3.5 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

- **Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:** Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.
- **Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:** É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos há mais de 180 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado. Para os créditos de valor até R\$30, vencidos há mais de 360 dias, é realizada a reversão da provisão e a baixa definitiva desses créditos contra o resultado, na rubrica "despesas com vendas". Para os créditos de valor acima de R\$30, vencidos há mais de 360 dias, é realizada a reversão da provisão e a baixa definitiva desses créditos contra o resultado, na rubrica "despesas com vendas", desde que já esteja iniciado o processo de cobrança judicial. Caso contrário, esses valores são mantidos na conta de provisão para perda ao valor recuperável.
- **Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:** Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.
- **Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:** A Companhia não constitui provisão para perda ao valor recuperável dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.
- **Provisão complementar:** A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para perda ao valor recuperável.

3.6 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.7 - Ativos financeiros - contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (município) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados a concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.8 - Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 - Ativos intangíveis

(a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPD 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.2, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 3.7. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo de aquisição é acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela COPASA MG de investimentos na infraestrutura realizadas pelos municípios, acrescidos de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia aos municípios como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão. Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(c) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.10 - Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, que possam ser mensurados com segurança e a vida útil econômica for superior a doze meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 - 40
Máquinas	10 - 15
Veículos	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo ou da companhia de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 3.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "outras receitas/despesas operacionais" na demonstração do resultado.

3.11 - Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.12 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.15 - Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço dos países que a controladora e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferido são gerados por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Todos os impostos de renda e a contribuição social diferido passivo são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias de créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

- o imposto diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerada uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizada. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas serem aplicáveis no ano em que se ativo que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

(c) Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social.....	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para segurança social.....	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*).....	7,00 a 18,00

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

3.16 - Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera três planos de pensão: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adesões naquela data e a criação do Plano de Benefício Salgado e do novo Plano de Contribuição Definida. Essa estratégia resultou em uma redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Salgado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano recebe apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC") e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante e aplicadas conforme Nota 17. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual à contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, com base em metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

3.17 - Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia recebe bens não monetários em doação, uma vez que essa doação é necessária para a concessão e não para a Companhia, os bens recebidos são registrados pelo valor nominal e anulados por meio de conta redutora, como forma de manter registro de controle dos ativos e ao mesmo tempo evitar o reconhecimento indevido de benefícios na demonstração do resultado e por consequência nas tarifas de água e esgoto determinadas pela Agência Reguladora.

3.18 - Capital social

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

(a) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento

sanitário e de serviços de irrigação são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(b) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em seqüência contínua.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Essa margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11- Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custos dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita é atribuída com base na taxa do custo ponderado médio de capital - WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, e pelo resultado da margem e retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável (*impairment*) é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(d) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

(e) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.20 - Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com intervenção do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrança de tarifa dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado na Nota 3.9.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto aquele com o Município de Ipatinga, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos,

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	Balanco Patrimonial de 01/01/2012					
	Controladora			Consolidado		
	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Ativo						
Circulante.....	814.630	-	814.630	826.321	-	826.321
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) (b) (c).....	165.661	(16.095)	149.566	149.304	262	149.566
Ativos disponíveis para venda (c).....	-	25.079	25.079	-	25.079	25.079
Ativos financeiros - contratos de concessão (b).....	321.179	4.314	325.493	325.493	-	325.493
Investimentos (c).....	22.063	(21.803)	260	22.060	(21.800)	260
Intangível (b).....	6.015.805	44.651	6.060.456	6.060.461	-	6.060.461
Imobilizado (b).....	161.552	(681)	160.871	185.699	-	185.699
Demais contas do não circulante.....	773.311	-	773.311	697.970	-	697.970
TOTAL DO ATIVO.....	8.274.201	35.465	8.309.666	8.267.308	3.541	8.270.849
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante.....	967.962	-	967.962	972.255	-	972.255
Não circulante						
Obrigações de benefício de aposentadoria (a).....	145.235	4.050	149.285	145.235	4.050	149.285
Demais contas do não circulante.....	2.659.327	(3)	2.659.324	2.616.214	-	2.616.214
Patrimônio Líquido (a) (b) (c).....	4.501.677	31.418	4.533.095	4.533.604	(509)	4.533.095
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..	8.274.201	35.465	8.309.666	8.267.308	3.541	8.270.849

	Balanco Patrimonial de 31/12/2012					
	Controladora			Consolidado		
	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Ativo						
Circulante.....	1.220.176	-	1.220.176	1.249.230	-	1.249.230
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) (b) (c) (d).....	161.554	14.852	176.406	147.879	28.527	176.406
Créditos com controladas (e).....	20.197	86.634	106.831	-	-	106.831
Ativos disponíveis para venda (c).....	-	28.850	28.850	-	28.850	28.850
Ativos financeiros - contratos de concessão (b).....	388.031	2.726	390.757	390.757	-	390.757
Investimentos (c) (e).....	45.643	(45.383)	260	22.060	(21.800)	260
Intangível (b) (d).....	6.400.225	63.135	6.463.360	6.437.748	25.625	6.463.373
Imobilizado (b).....	175.333	161	175.494	198.623	-	198.623
Demais contas do não circulante.....	581.529	-	581.529	581.840	-	581.840
TOTAL DO ATIVO.....	8.992.688	150.975	9.143.663	9.028.137	61.202	9.089.339
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante.....	839.184	-	839.184	863.640	-	863.640
Não circulante						
Obrigações de benefício de aposentadoria (a).....	142.493	116.578	259.071	142.493	116.578	259.071
Obrigações diversas (e).....	50.708	63.051	113.759	-	-	113.759
Demais contas do não circulante.....	2.996.761	-	2.996.761	3.031.740	-	3.031.740
Patrimônio Líquido (a) (b) (c) (d).....	4.963.542	(28.654)	4.934.888	4.990.264	(55.376)	4.934.888
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..	8.992.688	150.975	9.143.663	9.028.137	61.202	9.089.339

	Demonstração do Resultado de 31/12/2012		
	Controladora		
	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados
		(b) (f)	
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados.....	3.499.941	(70.851)	3.429.090
Custos das vendas e dos serviços prestados.....	(2.141.160)	63.907	(2.077.253)
LUCRO BRUTO.....	1.358.781	(6.944)	1.351.837
Despesas operacionais líquidas.....	(589.094)	(1.045)	(590.139)
LUCRO OPERACIONAL.....	769.687	(7.989)	761.698
Receitas financeiras.....	134.717	102	134.819
Despesas financeiras.....	(257.370)	-	(257.370)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS.....	(122.653)	102	(122.551)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES.....	647.034	(7.887)	639.147
Imposto de renda e contribuição social corrente.....	(155.999)	-	(155.999)
Imposto de renda e contribuição social diferido.....	(4.107)	2.682	(1.425)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	486.928	(5.205)	481.723

	Demonstração do Resultado de 31/12/2012		
	Consolidado		
	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados
		(f)	
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados.....	3.519.027	(70.851)	3.448.176
Custos das vendas e dos serviços prestados.....	(2.167.896)	70.851	(2.097.045)
LUCRO BRUTO.....	1.351.131	-	1.351.131
Despesas operacionais líquidas.....	(588.028)	-	(588.028)
LUCRO OPERACIONAL.....	763.103	-	763.103
Receitas financeiras.....	133.756	-	133.756
Despesas financeiras.....	(257.459)	-	(257.459)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS.....	(123.703)	-	(123.703)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES.....	639.400	-	639.400
Imposto de renda e contribuição social corrente.....	(156.252)	-	(156.252)
Imposto de renda e contribuição social diferido.....	(1.425)	-	(1.425)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	481.723	-	481.723

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em atendimento às determinações do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, e na Demonstração do Valor Adicionado, em atendimento às determinações do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, foram feitos os seguintes ajustes:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Demonstração dos fluxos de caixa						
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a).....	965.150	(292.691)	672.459	961.154	(291.746)	669.408
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b).....	(581.544)	16.639	(564.905)	(577.107)	15.694	(561.413)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos (c).....	(128.717)	276.052	147.335	(128.717)	276.052	147.335

(a) Refere-se à provisão de taxas sobre empréstimos e financiamentos não consideradas anteriormente, impactando o item "receitas e despesas de juros" no valor de R\$19.572, compensado pela transferência de R\$241.804 do item "juros de empréstimos, financiamentos e debêntures", de R\$21.730 do item "pagamento de passivo atuarial" e de R\$32.090 do item "pagamento de parcelamento de impostos", oriundo do grupo "atividades de investimento", de R\$15.080 do item "compra de ativos intangível e imobilizado" para o item "margem líquida da receita de construção" e de R\$1.559 do item "compra de ativos intangível e imobilizado" para o item "outros ativos financeiros", sendo R\$614 referente à aquisição de intangível com ações em tesouraria e R\$945 referente a ajustes de IFRS (não ocorreu no consolidado), gerando movimentação de R\$292.691 neste grupo (R\$291.746 no consolidado).

(b) Refere-se à transferência de R\$15.080 do item "compra de ativos intangível e imobilizado" para o item "margem líquida da receita de construção" e de R\$1.559 do item "compra de ativos intangível e imobilizado" para o item "outros ativos financeiros", sendo R\$614 referente à aquisição de intangível com ações em tesouraria e R\$945 referente a ajustes de IFRS (não ocorreu no consolidado), gerando movimentação de R\$16.639 neste grupo (R\$15.694 no consolidado).

(c) Refere-se à transferência de R\$241.804 do item "juros de empréstimos, financiamentos e debêntures", de R\$21.730 do item "pagamento de passivo atuarial" e de R\$32.090 do item "pagamento de parcelamento de impostos" para o grupo "atividades operacionais", compensado pela transferência de R\$19.572 devido a amortização de taxas sobre empréstimos e financiamentos não consideradas anteriormente, gerando aumento nos itens "pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures" (R\$18.530), "pagamento de passivo atuarial e CEMIG" (R\$407), e "pagamento de principal e juros de débitos de concessão" (R\$532), gerando movimentação de R\$276.052 neste grupo.

	Controladora			Consolidado		
	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Demonstração do valor adicionado						
Receita.....	3.851.625	(70.851)	3.780.774			
Insumos adquiridos de terceiros.....	(1.547.400)	67.886	(1.479.514)			
Retenções.....	(372.318)	(5.024)	(377.342)			
Valor adicionado recebido em transferência.....	121.397	102	121.499			
Distribuição do valor adicionado:						
Pessoal.....	777.036	-	777.036			
Impostos taxas e contribuições.....	535.574	(2.682)	532.892			
Remuneração de capitais de terceiros.....	253.766	-	253.766			
Remuneração de capitais próprios.....	486.928	(5.205)	481.723			

	Consolidado		
	Saldos divulgados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Demonstração do valor adicionado			
Receita.....	3.877.048	(70.851)	3.806.197
Insumos adquiridos de terceiros.....	(1.574.928)	70.851	(1.504.077)
Retenções.....	(379.930)	-	(379.930)
Valor adicionado recebido em transferência.....	133.756	-	133.756
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal.....	783.593	-	783.593
Impostos taxas e contribuições.....	536.565	-	536.565
Remuneração de capitais de terceiros.....	254.065	-	254.065
Remuneração de capitais próprios.....	481.723	-	481.723

- (a) Exclusão das adições de obras em andamento relativas ao imobilizado da base de cálculo da apuração da receita e do custo de construção.
- (b) Ajuste de correção monetária complementar, relativa aos anos de 1996 e 1997, requerida pelo padrão internacional de contabilidade, IFRS, para reconhecimento do efeito inflacionário residual sobre o patrimônio das empresas, gerando ajustes de R\$2.965 em baixas líquidas de ativos financeiros, R\$5.024 em amortização, R\$102 em receita de ativos financeiros, R\$2.682 em imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$5.205 em lucros retidos nas Demonstrações Financeiras individuais.

3.24 - Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- (a) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros": Aborda classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- (b) IFRIC 21 - "Taxas": A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

- (c) IAS 32 - "Compensação de Ativos e Passivos Financeiros": As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 32 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram emitidas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 - Contratos de Construção. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$282.918. Caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$102.918.

(b) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de cada caixa futura estimada, que devem ser determinadas para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros, que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

(d) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de

venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 13.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 888 localidades do Estado de Minas Gerais. Os Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

As tarifas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reguladas pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG). Estas tarifas devem garantir a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços, como exposto na Lei Federal nº. 11.445/07, cabendo, portanto, à ARSAE-MG determiná-las através de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais que tem por objetivo o realinhamento de preços das tarifas, em face à inflação. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água e esgoto faturados multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões, bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão descritos na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, R\$494.836 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões (2012 - R\$390.757; 01 de janeiro de 2012 - R\$325.493) por ativos não depreciados no período da concessão. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos saldos da Companhia de contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos, para fins de prestação dos serviços de concessão, e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Receitas de construção.....	707.082	660.725
Custos de construção.....	(690.573)	(645.645)

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Recursos em caixa e bancos.....	40.125	47.202	34.632
Certificados de depósitos bancários de curto prazo.....	220.356	449.223	206.904
Total.....	260.481	496.425	241.536

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Recursos em caixa e bancos.....	41.582	48.478	35.174
Certificados de depósitos bancários de curto prazo.....	220.356	449.223	207.197
Total.....	261.938	497.701	242.371

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2013, foi de 100,0% a 110,5% (2012 - 75% a 110,5%; 01 de janeiro de 2012 - 75% a 113%). No exercício de 2013 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$28.237 (2012 - R\$40.657).

Nos exercícios de 2013 e de 2012, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Em 01 de janeiro	449.223	206.904	206.904
Novas aplicações.....	1.724.259	3.053.398	
Rendimentos.....	28.237	40.522	
Resgates.....	(1.981.363)	(2.851.601)	
Em 31 de dezembro	220.356	449.223	206.904

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Em 01 de janeiro	449.223	207.197	207.197
Novas aplicações.....	1.724.980	3.053.398	
Rendimentos.....	28.282	40.529	
Resgates.....	(1.982.129)	(2.851.901)	
Em 31 de dezembro	220.356	449.223	207.197

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

(a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
A vencer.....	253.415	193.483	155.850
Vencidos até 30 dias.....	51.071	56.483	45.497
Vencidos de 31 até 60 dias.....	32.778	26.358	21.231
Vencidos de 61 até 90 dias.....	22.598	15.279	12.307
Vencidos de 91 até 180 dias.....	32.919	24.185	19.481
Vencidos acima de 180 dias.....	16.186	15.318	12.339
Valores faturados.....	408.967	331.106	266.705
Valores a faturar.....	311.474	267.264	231.238
Contas a receber de clientes.....	720.441	598.370	497.943
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes.....	(23.336)	(19.517)	(26.146)
Contas a receber de longo prazo.....	697.105	578.853	471.797
	212.580	220.000	220.060
Contas a receber de clientes, líquidas..	909.685	798.853	691.857

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
A vencer.....	256.176	197.560	159.547
Vencidos até 30 dias.....	51.627	56.564	45.680
Vencidos de 31 até 60 dias.....	33.135	26.395	21.317
Vencidos de 61 até 90 dias.....	22.844	15.301	12.357
Vencidos de 91 até 180 dias.....	33.278	24.220	19.560
Vencidos acima de 180 dias.....	16.362	15.340	12.388
Valores faturados.....	413.422	335.380	270.849
Valores a faturar.....	312.787	268.043	232.537
Contas a receber de clientes.....	726.209	603.423	503.386
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes.....	(24.004)	(19.910)	(27.660)
Contas a receber de longo prazo.....	702.205	583.513	475.726
	212.580	220.000	220.060
Contas a receber de clientes, líquidas..	914.785	803.513	695.786

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013, do total das contas a receber de clientes da controladora, no valor de R\$777.469 (2012 - R\$680.747; 01 de janeiro de 2012 - R\$607.148) e do consolidado R\$781.543 (2012 - R\$685.603; 01 de janeiro de 2012 - R\$612.144) estavam inadimplentes.

Em 31 de dezembro de 2013, na controladora as contas a receber de clientes no valor de R\$176.440 (2012 - R\$150.145; 01 de janeiro de 2012 - R\$123.875) e do consolidado R\$178.414 (2012 - R\$151.869; 01 de janeiro de 2012 - R\$125.295) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Até três meses.....	141.266	125.667	105.263
De três a seis meses.....	34.614	24.070	18.221
Acima de seis meses.....	560	408	391
Total.....	176.440	150.145	123.875

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Até três meses.....	142.721	126.961	106.347
De três a seis meses.....	35.129	24.428	18.492
Acima de seis meses.....	564	411	394
Total.....	178.414	151.800	125.233

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital, contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA MG às suas subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo RS96.178 referente a Águas Minerais, RS12.733 referente à COPANOR e RS879 referente à Copisa Serviços de Irrigação, respectivamente (2012 - R\$86.634, R\$19.121 e R\$1.076; 01 de janeiro de 2012 - R\$57.541, R\$17.139 e R\$1.368, respectivamente).

(iv) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA MG, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, e da estação de tratamento de esgoto Ibirité, no município de Ibirité, quando do cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (Nota 11 (c)).

O valor original desse contrato que era de R\$18.720, passou a ser de R\$10.160 no termo aditivo elaborado em dezembro de 2012 e assinado em maio de 2013, referenciado à data do contrato original, repectuando as cargas e vazões para a situação implantada até o momento. Assim, em 28 de junho de 2013, a ANA resgatou o valor atualizado de R\$14.439 relativo a parte do valor repassado em dezembro de 2007. A elaboração do termo aditivo e o resgate ocorreram devido ao fato de que foi construída apenas a primeira etapa da referida ETE, sendo que o contrato assinado originalmente visava a etapa final da construção.

Em 29 de janeiro de 2013 a Companhia recebeu repasse no valor de R\$8.114, proveniente da Agência Nacional de Águas - ANA, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto - ETE, do Município de Patos de Minas. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2012, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018.

(v) Os recursos provenientes da integralização da 5ª emissão de debêntures (Nota 12 (b)) foram depositados em favor da COPASA MG em conta de liquidação mantida pela Caixa Econômica Federal. A liberação de recursos da conta de liquidação para a conta de livre movimentação será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da COPASA MG, e dependerá de prévia comprovação ao agente fiduciário do cumprimento das condições de liberação previstas na referida escritura. Os valores disponíveis na conta de liquidação que ainda não foram destinados para o desenvolvimento dos projetos, estão investidos no "fundo de investimento caixa corporativo DI longo prazo", administrados pela Caixa Econômica Federal, cujo rendimento em 2013 foi de R\$9.364 (2012 - R\$18.053).

08. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2013, as subsidiárias apresentam patrimônio líquido negativo de R\$86.346 (2012 - R\$79.169; 01 de janeiro de 2012 - R\$45.604), para o qual a Companhia constituiu provisão para perdas, registrada no passivo não circulante, na rubrica "provisão para perdas em investimentos".

A movimentação da provisão para perdas destes investimentos é a seguinte:

	31/12/2012	Equivalência patrimonial	31/12/2013
Águas Minerais	(63.053)	(10.646)	(73.699)
COPANOR	(15.931)	4.047	(11.884)
Serviços de Irrigação.....	(185)	(578)	(763)
Total.....	(79.169)	(7.177)	(86.346)

	01/01/2012	Transferência de AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2012
Águas Minerais	(31.046)	(20.245)	(11.762)	(63.053)
COPANOR	(13.665)	-	(2.266)	(15.931)
Serviços de Irrigação.....	(893)	-	708	(185)
Total.....	(45.604)	(20.245)	(13.320)	(79.169)

A subsidiária Águas Minerais, cujas operações iniciaram-se em setembro de 2008, vem apresentando prejuízos em razão do alto volume de investimentos aplicados em recursos de adequações de projetos fabris e industriais, na modernização dos equipamentos de envasamento, na adequação do "mix" de produtos às demandas do mercado, além de reformas nas quatro fábricas para atendimento às exigências dos órgãos reguladores.

A absorção dos prejuízos começará a ser integralmente efetivada a partir do aumento da capacidade de utilização da vazão outorgada para a exploração das fontes de águas minerais de Camambá, Cambuquira, Lambari e Araxá, em 42% e 58,65% a partir dos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

As demonstrações contábeis da subsidiária Águas Minerais, base para a equivalência patrimonial e consolidação da Companhia, foram preparadas no pressuposto de tais débitos. A não inclusão ajustes relativos à realização e classificação de seus ativos nem a valorização de seus passivos, que poderiam ser requeridos na impossibilidade dessa subsidiária continuar operando.

Em 20 de dezembro de 2012, foi assinado Termo de Repactuação de Dívida entre a COPASA MG e a COPANOR. Este termo teve origem, na COPANOR, no Comunicado de Resolução do Conselho nº. 029/12 e no Comunicado de Resolução da Diretoria nº. 099/12, ambos de 10 de dezembro de 2012, e na COPASA MG no Comunicado de Resolução da Diretoria nº. 1011/12, de 18 de dezembro de 2012.

Assim, os contratos de mútuo com a subsidiária COPANOR passaram a ter as seguintes condições:

(a) Redução da taxa de juros de 101% para 90% do CDI;

(b) Prazo de amortização de 324 (trezentos e vinte e quatro) meses conforme descrito abaixo:

- (i) O período de carência será de 12 (doze) meses e os juros remuneratórios serão pagos em parcela única, ao final deste prazo.
- (ii) O período de amortização será de 312 (trezentos e doze) meses, com pagamentos de 52 parcelas semestrais, a primeira vencendo em 20 de junho de 2014 e a última em 20 de dezembro de 2039.

(c) Foi constituída conta reserva de titularidade da COPANOR, sob o nº 6.210-3, na agência 3308 do Banco do Brasil S/A, não movimentável pela subsidiária, de forma a garantir o pagamento do serviço da dívida.

Os empréstimos de mútuo entre a COPASA MG e a subsidiária COPANOR foram efetuados considerando assunções de novas concessões de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela referida subsidiária, que a permitiriam gerar recursos suficientes à amortização de tais débitos. A não concretização de parte das transferências de novas concessões, associada a problemas no equacionamento do cronograma físico-financeiro de obras, comprometeram o início de operação de algumas concessões e, por consequência, a geração de caixa da COPANOR, levando à formalização do referido termo de repactuação de dívida. A redução na taxa de juros foi fundamentada nas remunerações sobre os montantes individuais, referentes aos contratos de mútuos, que a COPASA MG obteria junto ao mercado financeiro, caso efetuasse aplicações financeiras. A carência aplicada para o início da amortização da dívida está de acordo com o que é praticado pelos agentes financeiros para a COPASA MG. Em dezembro de 2013 a dívida foi reduzida em R\$7.106 em virtude de cobrança a maior relativo a salários de funcionários cedidos pela COPASA MG à subsidiária COPANOR.

Em cumprimento ao Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais nº. 46.080 de 12 de novembro de 2012, a Diretoria Executiva da Serviços de Irrigação considerou cumpridas as atribuições que lhe foram atribuídas pela Lei Estadual nº. 16.698 de 17 de abril de 2007. Desta forma as ações necessárias à transferência da gestão do Projeto Jaiba II para o Distrito de Irrigação do Jaiba - DIJ foram concluídas em 02 de março de 2013, quando venceu o contrato de prestação de serviços nº. 460/12 firmado com a RURALMINAS em 03 de setembro de 2012. As atividades ainda não foram totalmente encerradas em virtude de processos trabalhistas e cobranças judiciais relativas a clientes, contra e a favor da subsidiária, respectivamente.

09. Intangível

(a) Controladora

	31/12/2013		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.691.263	(2.612.522)	2.078.741
Esgotamento sanitário	3.627.138	(1.051.718)	2.575.420
Direitos de uso	337.867	(116.547)	221.320
Sistemas de uso comum	700.883	(517.595)	183.288
Outros.....	78.459	(8.341)	70.118
Total em operação.....	9.435.610	(4.306.723)	5.128.887
Em obras			
Obras em andamento.....	1.771.866	-	1.771.866
Total em obras.....	1.771.866	-	1.771.866
Total do intangível.....	11.207.476	(4.306.723)	6.900.753

	31/12/2012		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.461.733	(2.453.245)	2.008.488
Esgotamento sanitário	3.128.549	(894.520)	2.234.029
Direitos de uso	310.972	(105.295)	205.677
Sistemas de uso comum	622.067	(465.059)	157.008
Outros.....	67.848	(7.444)	60.404
Total em operação.....	8.591.169	(3.925.563)	4.665.606
Em obras			
Obras em andamento.....	1.797.754	-	1.797.754
Total em obras.....	1.797.754	-	1.797.754
Total do intangível.....	10.388.923	(3.925.563)	6.463.360

	01/12/2012		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.717.936	(2.749.619)	1.968.317
Esgotamento sanitário	2.905.585	(799.631)	2.105.954
Direitos de uso	293.178	(89.661)	203.517
Sistemas de uso comum	-	-	-
Outros.....	(179.283)	34.479	(144.804)
Total em operação.....	7.737.416	(3.604.432)	4.132.984
Em obras			
Obras em andamento.....	1.927.472	-	1.927.472
Total em obras.....	1.927.472	-	1.927.472
Total do intangível.....	9.664.888	(3.604.432)	6.060.456

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Saldos em 01 de janeiro de 2012	Adições	Baixas	Amortização	Juros capitalizados	Transferências para o imobilizado	Transferências para o imobilizado	Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2012
Sistemas de água	1.968.317	66.488	(45.271)	(181.411)	-	200.365	-	200.365	2.008.488
Esgotamento sanitário.....	2.105.954	41.687	(48.929)	(148.890)	-	284.207	-	284.207	2.234.029
Direitos de uso	203.517	14.341	(2)	(15.421)	-	3.242	-	3.242	205.677
Sistemas de uso comum (i)	-	4.414	(1.266)	(13.127)	-	166.987	-	166.987	157.008
Outros.....	(144.804)	(7.555)	87.335	12.425	-	113.003	-	113.003	60.404
Em formação	1.927.472	626.706	(2.220)	-	58.536	(812.740)	-	-	1.797.754
Total.....	6.060.456	746.081	(10.353)	(346.424)	58.536	(44.936)	-	-	6.463.360

	Adições	Baixas	Amortização	Juros capitalizados	Transferências para ativo financeiro	Transferências para o imobilizado	Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2013
Sistemas de água	66.678	(5.203)	(165.552)	-	(27.721)	197.298	4.753	2.078.741
Esgotamento sanitário.....	58.763	(5.181)	(158.981)	-	(52.812)	498.302	1.300	2.575.420
Direitos de uso	25.640	(9)	(11.393)	-	115	1.121	169	221.320
Sistemas de uso comum (i)	38.255	(173)	(54.380)	-	(4.934)	47.452	60	183.288
Outros.....	18.812	(1.441)	(2.745)	-	(3.684)	(2.734)	1.506	70.118
Em formação	713.904	(16.414)	-	58.656	-	(782.034)	-	1.771.866
Total.....	922.052	(28.421)	(393.051)	58.656	(89.036)	(40.595)	7.788	6.900.753

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$391.699 (2012 - R\$323.704) como custo dos serviços prestados, de R\$211 (2012 - R\$3.666) como despesas comerciais e de R\$1.141 (2012 - R\$19.054) como despesas administrativas.

(b) Consolidado

	31/12/2013		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.691.263	(2.612.522)	2.078.741
Esgotamento sanitário	3.627.138	(1.051.718)	2.575.420
Direitos de uso	337.927	(116.605)	221.322
Sistemas de uso comum	700.883	(517.595)	183.288
Outros.....	78.459	(8.341)	70.118
Total em operação.....	9.435.670	(4.306.781)	5.128.889
Em obras			
Obras em andamento.....	1.771.866	-	1.771.866
Total em obras.....	1.771.866	-	1,771.866
Total do intangível.....	11.207.536	(4.306.781)	6.900.755

	31/12/2012		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.461.733	(2.453.245)	2.008.488
Esgotamento sanitário	3.128.549	(894.520)	2.234.029
Direitos de uso	311.033	(105.343)	205.690
Sistemas de uso comum	622.067	(465.059)	157.008
Outros.....	67.848	(7.444)	60.404
Total em operação.....	8.591.230	(3.925.611)	4.665.619
Em obras			
Obras em andamento.....	1.797.754	-	1.797.754
Total em obras.....	1.797.754	-	1,797.754
Total do intangível.....	10.388.984	(3.925.611)	6.463.373

	01/12/2012		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.717.936	(2.749.619)	1.968.317
Esgotamento sanitário	2.905.585	(799.631)	2.105.954
Direitos de uso	293.178	(89.673)	203.522
Sistemas de uso comum	-	-	-
Outros.....	(179.283)	34.479	(144.804)
Total em operação.....	7.737.433	(3.604.444)	4.132.989
Em obras			
Obras em andamento.....	1.927.472	-	1,927.472
Total em obras.....	1,927.472	-	1,927.472
Total do intangível.....	9.664.905	(3.604.444)	6.060.461

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Saldos em 01 de janeiro de 2012	Adições	Baixas	Amortização	Juros capitalizados	Transferências para o imobilizado	Transferências para o imobilizado	Saldos em 31 de dezembro de 2012
Sistemas de água	1.968.317	66.488	(45.271)	(181.411)	-	200.365	-	2.008.488
Esgotamento sanitário.....	2.105.954	41.687	(48.929)	(148.890)	-	284.207	-	2.234.029
Direitos de uso	203.522	14.341	(2)	(15.433)	-	3.262	-	205.690
Sistemas de uso comum (i)	-	4.414	(1.266)	(13.127)	-	166.987	-	157.008
Outros.....	(144.804)	(7.555)	87.335	12.425	-	113.003	-	60.404
Em formação	1.927.472	629.992	(5.506)	-	58.536	(812.740)	-	1.797.754
Total.....	6.060.461	749.367	(13.639)	(346.436)	58.536	(44.916)	-	6.463.373

	Adições	Baixas	Amortização	Juros capitalizados	Transferências para ativo financeiro</
--	---------	--------	-------------	---------------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Outras Obrigações

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Parcelamento de impostos (a).....	253.724	255.676	261.299
Provisão para férias.....	92.023	84.653	76.587
Energia elétrica (b).....	10.832	6.618	24.670
Depósito para obras (c).....	30.389	34.590	27.875
Perdas com investimentos (Nota 08).....	86.346	79.169	45.604
Obrigações diversas.....	20.086	13.652	67.491
Total.....	493.400	474.358	503.526
Passivo não circulante.....	(337.084)	(333.759)	(304.472)
Passivo circulante.....	156.316	140.599	199.054

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

(a) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA MG serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2013, restam 74 parcelas e o vencimento do contrato ocorrerá em fevereiro de 2020.

(b) Refere-se a parcelamento de dívida, encerrado em setembro de 2012, oriunda de faturas vencidas, conforme Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 04 de outubro de 2004, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pelo IGR-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2013 o circulante registra apenas o valor das faturas mensais, no valor de R\$10.832 (2012 - R\$6.618; 01 de janeiro de 2012 - R\$5.442).

(c) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA MG, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, e da estação de tratamento de esgoto Ibirité, no município de Ibirité, quando do cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu exaurimento a longo prazo, em conta de depósito para obras (Nota 08).

O valor original desse contrato que era de R\$18.720, passou a ser de R\$10.160 no termo aditivo elaborado em dezembro de 2012 e assinado em maio de 2013, referenciado à data do contrato original, repactuando as cargas e vazões para a situação implantada até o momento. Assim, em 28 de junho de 2013, a ANA resgatou o valor atualizado de R\$14.439 relativo a parte do valor repassado em dezembro de 2007. A elaboração do termo aditivo e o resgate ocorreram devido ao fato de que foi construída apenas a primeira etapa da rede ETE, sendo que o contrato assinado originalmente visava a etapa final da construção.

Em 29 de janeiro de 2013, a Companhia recebeu repasse no valor de R\$8.114, proveniente da Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto sanitário do Município de Patos de Minas. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2012, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018.

12. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Governo Estadual/BDMG.....	3.047	4.929	4.717
Caixa Econômica Federal.....	123.627	122.336	114.916
Tesouro Nacional.....	3.327	38.801	36.875
BNDES - BNE.....	59.269	59.255	54.074
Notas Promissórias - Citibank.....	-	-	155.924
União Federal - bônus.....	2.004	3.656	4.719
Finame.....	4.981	-	-
KfW.....	4	4	-
Empréstimos bancários e financiamentos.....	196.259	228.981	371.225
Debêntures simples.....	275.267	134.017	102.715
Debêntures conversíveis.....	-	7	69.742
Debêntures.....	275.267	134.024	172.457
Total circulante.....	471.526	363.005	543.682

Não circulante			
Governo Estadual/BDMG.....	1.032	3.726	7.756
Caixa Econômica Federal.....	508.499	554.152	613.804
Tesouro Nacional.....	-	3.311	41.806
BNDES - BNE.....	485.572	532.976	533.973
União Federal - bônus.....	59.654	52.506	51.031
Finame.....	72.042	-	-
KfW.....	65.670	6.221	-
Empréstimos bancários e financiamentos.....	1.192.469	1.152.892	1.248.370
Debêntures simples.....	1.492.272	1.543.481	952.614
Debêntures conversíveis.....	-	-	65.293
Debêntures.....	1.492.272	1.543.481	1.017.907
Total não circulante.....	2.684.741	2.696.373	2.266.277
Total circulante e não circulante.....	3.156.267	3.059.378	2.809.959

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Governo Estadual/BDMG.....	3.047	4.929	4.717
Caixa Econômica Federal.....	123.627	122.336	114.916
Tesouro Nacional.....	3.327	38.801	36.875
BNDES - BNE.....	59.269	59.255	54.074
Notas Promissórias - Citibank.....	-	-	155.924
União Federal - bônus.....	2.004	3.656	4.719
Finame.....	4.981	-	-
Banco do Brasil.....	401	-	-
KfW.....	4	4	-
Empréstimos bancários e financiamentos.....	196.663	228.981	371.225
Debêntures simples.....	275.267	134.017	102.715
Debêntures conversíveis.....	-	7	69.742
Debêntures.....	275.267	134.024	172.457
Total circulante.....	471.930	363.005	543.682
Não circulante			
Governo Estadual/BDMG.....	1.032	3.726	7.756
Caixa Econômica Federal.....	509.061	554.152	613.804
Tesouro Nacional.....	-	3.311	41.806
BNDES - BNE.....	485.572	532.976	533.973
União Federal - bônus.....	59.654	52.506	51.031
Finame.....	72.042	-	-
Banco do Brasil.....	467	-	-
KfW.....	65.670	6.221	-
Empréstimos bancários e financiamentos.....	1.193.498	1.152.892	1.248.370
Debêntures simples.....	1.492.272	1.543.481	952.614
Debêntures conversíveis.....	-	-	65.293
Debêntures.....	1.492.272	1.543.481	1.017.907
Total não circulante.....	2.685.770	2.696.373	2.266.277
Total circulante e não circulante.....	3.157.700	3.059.378	2.809.959

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013 os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$127.332 (2012 - R\$62.387; 01 de janeiro de 2012 - R\$55.750), sendo R\$61.658 em dólares e R\$65.674 em euros (2012 - R\$56.162 em dólares e R\$6.225 em euros; 01 de janeiro de 2012 somente em dólares).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013.....	-	-	212.188
2014.....	-	188.477	175.683
2015.....	173.935	153.067	141.171
2016.....	137.345	117.590	106.814
2017.....	100.523	81.494	72.858
2018.....	101.708	82.500	73.766
2019.....	103.395	83.989	75.145
2020 até 2036.....	575.563	445.775	390.745
Total.....	1.192.469	1.152.892	1.248.370

Ano de vencimento	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013.....	-	-	212.188
2014.....	-	188.477	175.683
2015.....	174.399	153.067	141.171
2016.....	137.483	117.590	106.814
2017.....	100.593	81.494	72.858
2018.....	101.778	82.500	73.766
2019.....	103.465	83.989	75.145
2020 até 2036.....	575.780	445.775	390.745
Total.....	1.193.498	1.152.892	1.248.370

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial.....	1.381.873	1.619.595
Ingressos de empréstimos e financiamentos.....	216.072	126.382
Encargos provisionados.....	105.241	125.879
Varição monetária e cambial.....	19.663	8.382
Amortização de principal.....	(227.873)	(363.601)
Amortização de encargos.....	(106.248)	(134.764)
Saldo final.....	1.388.728	1.381.873
Passivo circulante.....	(196.259)	(228.981)
Passivo não circulante.....	1.192.469	1.152.892

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial.....	1.381.873	1.619.595
Ingressos de empréstimos e financiamentos.....	217.634	126.382
Encargos provisionados.....	105.353	125.879
Varição monetária e cambial.....	19.663	8.382
Amortização de principal.....	(228.039)	(363.601)
Amortização de encargos.....	(106.323)	(134.764)
Saldo final.....	1.390.161	1.381.873
Passivo circulante.....	(196.663)	(228.981)
Passivo não circulante.....	1.193.498	1.152.892

Em 07 de junho de 2013 a subsidiária COPANOR e o Banco do Brasil assinaram contrato de empréstimo no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A remuneração será composta por juros à taxa de 112,5% a.a. da taxa média dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI), cujo pagamento será exigido a cada data base, a partir de 15 de julho de 2013, no vencimento e na liquidação da dívida.

Este empréstimo tem carência de principal de 3 (três) meses, e a amortização se dará em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$33.333,33 (trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) com vencimento no dia 15 de cada mês no período compreendido entre 15 de setembro de 2013 e 15 de fevereiro de 2016, data do vencimento final.

Os recursos deste empréstimo serão utilizados exclusivamente para garantir a provisão de fundos em conta corrente de depósitos, sendo que não será permitida qualquer aplicação desse crédito em investimentos fixos e sua utilização fora da agência do Banco do Brasil.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures têm vencimento até 2036 e cupons médios de 7,66% ao ano (2012 - 8,04%; 01 de janeiro de 2012 - 8,84%). Além disso, as linhas de financiamento apresentam seus respectivos saldos devedores através de índices específicos, conforme descrito abaixo:

Linhas de financiamento	Controladora / Consolidado	Índices
Governo Estadual/BDMG.....		IGP-M
Caixa Econômica Federal.....		TR
Tesouro Nacional.....		TR
BNDES - BNE.....		Excedente a 6% da TJLP
FINAME.....		-
União Federal - bônus.....		Dólar
KfW.....		Euro
FINAME -Águas Minerais.....		-
Banco do Brasil - COPANOR.....		CDI
Debêntures.....		(*)

(*) Vide Nota 12 (c).

(b) Garantia dos empréstimos bancários e financiamentos

Em relação aos financiamentos, a Companhia oferece as seguintes garantias:

(i) Contratos em moeda estrangeira

União Federal - bônus:
São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o paga-

(c) Debêntures

Subscrições/séries	Data da subscrição	Controladora / Consolidado					
		31/12/2012		01/01/2012			
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Debêntures não conversíveis							
Subscrição 1ª. emissão							
1ª e 2ª	30/06/2004.....	4.515	-	7.775	4.511	7.815	12.245
3ª e 4ª	09/11/2004.....	4.515	-	7.775	4.511	7.815	12.245
5ª e 6ª	29/07/2004.....	4.515	-	7.775	4.511	7.815	12.245
7ª	19/12/2005.....	2.258	-	3.887	2.256	3.907	6.122
8ª e 9ª	24/04/2006.....	4.515	-	7.775	4.511	7.815	12.244
10ª	19/12/2006.....	2.258	-	3.887	2.256	3.907	6.122
11ª e 12ª	23/03/2007.....	4.516	-	7.775	4.511	7.815	12.244
Total 1ª emissão.....		27.092	-	46.649	27.067	46.889	73.467
Subscrição 3ª. emissão							
1ª a 6ª	06/12/2007.....	15.923	79.246	16.174	95.096	16.299	110.945
7ª	25/09/2008.....	2.654	13.208	2.696	15.849	2.717	18.491
8ª	06/12/2008.....	7.962	39.623	8.087	47.548	8.149	55.472
9ª a 11ª	30/03/2009.....	7.962	39.623	8.087	47.548	8.149	55.472
12ª a 14ª	27/11/2009.....	2.654	13.208	2.696	15.849	2.717	18.491
15ª a 17ª	26/05/2010.....	7.962	39.623	8.087	47.548	8.150	55.473
18ª	02/07/2010.....	2.654	13.208	2.695	15.849	2.717	18.491
Total 3ª emissão.....		47.771	237.739	48.522	285.287	48.898	332.835
Subscrição 4ª. emissão							
1ª	27/12/2010.....	38.586	240.054	8.292	255.318	3.395	222.210
2ª	24/11/2011.....	24.840	187.232	13.549	211.923	1.198	36.102
3ª	27/12/2012.....	28.166	212.324	4.273	67.038	-	-
Total 4ª emissão.....		91.592	639.610	26.114	534.279	4.593	258.312
Subscrição 5ª. emissão							
Única	27/10/2011.....						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

• Subscrição 4ª emissão:

Em julho de 2010, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, cuja emissão está sendo realizada em 3 (três) séries, sendo que a primeira e terceira séries, no valor de R\$222.210 e R\$296.280, respectivamente, serão mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e a segunda série, no valor de R\$222.210 será mediante subscrição exclusiva pelo BNDES Participações S.A - BNDESPAR. A primeira e a segunda séries serão constituídas por 3.000 (três mil) debêntures cada, e a terceira por 4.000 (quatro mil) debêntures, totalizando 10.000 (dez mil) debêntures de R\$74,07 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de julho de 2010
Prazo	144 meses para 1ª e 3ª séries e 145 meses para 2ª série
Carência do principal	36 meses para 1ª e 3ª séries e 37 meses para 2ª série
Amortização	108 meses para 1ª e 3ª séries e 09 anuais para 2ª série
Vencimento final	15 de dezembro de 2022
Remuneração	TJLP + 1,55% a.a. para 1ª e 3ª séries e IPCA + 9,046555% a.a. para 2ª série
Garantia	Cessão fiduciária

Essa 4ª emissão está garantida pelos direitos creditórios relativos à receita tarifária da Companhia correspondente à parcela mensal de R\$32.000, atualizado anualmente pelo IPCA, e pelos direitos creditórios detidos pela Companhia contra o banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na "conta vinculada" destinada a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

• Subscrição 5ª emissão:

Em agosto de 2011, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela Planner Truste DTVM Ltda., constituídas por 288.000 (duzentas e oitenta e oito mil) debêntures de R\$1, cuja emissão foi realizada em série única no valor total de R\$288.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

A liberação dos recursos da "conta de liquidação" para a "conta de livre movimentação" será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da emissora e dependerá de prévia comprovação junto ao agente fiduciária das condições constantes no contrato:

Data de emissão	20 de setembro de 2011
Prazo	240 meses
Carência do principal	42 meses
Amortização	198 meses
Vencimento final	30 de setembro de 2031
Remuneração	TR + 9% a.a.
Garantia	Cessão e vinculação de recebíveis

Essa 5ª emissão está garantida por parcela da receita tarifária da Companhia equivalente ao valor mensal não inferior a 4,5% sobre o saldo devedor das debêntures em 31 de dezembro de cada ano, pelas cotas cedidas e pela totalidade das quotas dos investimentos permitidos detida pela Companhia.

Os recursos dessa emissão destinam-se ao desenvolvimento dos projetos de saneamento básico da Companhia.

• Subscrição 6ª emissão:

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou, em lançamento público, colocação de debêntures simples, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela empresa Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituídas por 400 (quatrocentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em duas séries de R\$200.000 cada uma, totalizando R\$400.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de fevereiro de 2012
Prazo	60 meses para a 1ª série e 84 meses para a 2ª série
Carência do principal	24 meses
Amortização	07 parcelas semestrais, iguais e consecutivas para a 1ª série, e 06 parcelas anuais iguais e consecutivas para a 2ª série
Vencimento final	15 de fevereiro de 2017 para a 1ª série e 15 de fevereiro de 2019 para a 2ª série
Remuneração	100% da taxa DI over extragrupo capitalizada de um spread de 0,94% a.a. para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios correspondentes a 100% da remuneração das Notas do Tesouro Nacional - série B, para a 2ª série
Garantia	Quirográfrica

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados no programa de investimentos no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014, em parceria com os municípios os quais a Companhia tem a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no alongamento do perfil da dívida.

(ii) Debêntures conversíveis

• Subscrição 2ª emissão:

Em 16 de julho de 2007 a Companhia assinou Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no valor de R\$141.024, com os seguintes termos e condições:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Quantidade de debêntures	1.130.000
Valor nominal unitário em reais	R\$124,80
Carência do principal	59 meses
Amortização	01 de junho de 2012 e 01 de junho de 2013
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante

O valor justo do componente financeiro registrado no passivo foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em reservas de lucros (Nota 18).

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA MG que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA MG. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, no dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA MG (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

O período para opção pela conversão era de 02 de junho de 2008 a 31 de maio de 2012, quando cada debênture poderia ser convertida em quatro ações ordinárias de nossa emissão, e entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, quando cada debênture poderia ser convertida em duas ações ordinárias de nossa emissão, ao preço de R\$31,20 por ação, atualizado conforme os termos da escritura.

Conforme demonstrado a seguir, 1.129.881 debêntures foram convertidas em 4.519.482 ações, e as 119 ações restantes foram pagas em 14 de junho de 2013.

Data	Quantidade	
	Debêntures convertidas	Ações ordinárias
04/08/2008.....	188	752
06/03/2009.....	5.396	21.584
12/03/2009.....	973	3.892
01/04/2009.....	20.595	82.380
18/06/2009.....	2.039	8.156
02/07/2009.....	4.208	16.832
21/07/2009.....	240	960
29/11/2011.....	314	1.256
31/05/2012.....	1.095.907	4.383.628
28/09/2012.....	9	18
30/10/2012.....	12	24
Total.....	1.129.881	4.519.482

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Componente do passivo no início do período.....	7	135.035
Despesa financeira.....	-	8.848
Juros pagos.....	-	(6.389)
Amortização.....	(7)	-
Conversão da dívida.....	-	(137.487)
Componente do passivo ao final do período.....	-	7

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010 sendo destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água e de esgotamento sanitário, otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

(d) Valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.

(e) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros, conforme a seguir:

(i) Covenants de contratos sindicalizados:

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Igual ou maior que 350

(ii) Covenants de contratos com a CEF - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 "Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos", acima descrito.

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Maior que 365

(iii) Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BNB/BNE:

Índice	Limite
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/Receita operacional líquida	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

(iv) Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:

Índice	Limite
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 33%
Grav de endividamento	Igual ou menor que 70%

(v) Covenants do contrato com o KfW

Índice	Limite
Passivo total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/amortização da dívida	Igual ou maior que 1,5

(vi) Covenants de contratos com a CEF/BB/HSBC, 5ª e 6ª emissões de debêntures:

Índice	Limite
Dívida líquida/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou maior que 3,0
EBITDA/Receita operacional líquida	Igual ou maior que 36%

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

13. Provisão para Contingências

(a) Contingências prováveis

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora			31/12/2012		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis.....	37.164	(1.153)	36.011	30.575	(1.054)	29.521
Trabalhistas.....	33.542	(824)	32.718	27.282	(1.104)	26.178
Tributárias.....	828	(414)	414	2.209	(96)	2.113
Ambientais.....	7.331	-	7.331	6.120	-	6.120
Crédito prêmio IPI.....	-	-	-	16.456	-	16.456
Total.....	78.865	(2.391)	76.474	82.642	(2.254)	80.388

	Controladora			01/01/2012		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis.....	24.296	-	24.296	(989)	-	23.307
Trabalhistas.....	14.616	-	14.616	(1.135)	-	13.481
Tributárias.....	2.081	-	2.081	(90)	-	1.991
Ambientais.....	5.177	-	5.177	-	-	5.177
Crédito presumido de PIS/COFINS.....	28.163	-	28.163	-	-	28.163
Crédito prêmio IPI.....	16.456	-	16.456	-	-	16.456
Total.....	90.789	-	90.789	(2.214)	-	88.575

	Consolidado			31/12/2012		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis.....	37.194	(1.153)	36.041	30.575	(1.054)	29.521
Trabalhistas.....	35.406	(1.439)	33.967	29.189	(2.625)	26.564
Tributárias.....	828	(414)	414	2.209	(96)	2.113
Ambientais.....	7.331	-	7.331	6.120	-	6.120
Crédito prêmio IPI.....	-	-	-	16.456	-	16.456
Total.....	80.759	(3.006)	77.753	84.549	(3.775)	80.774

	Consolidado			01/01/2012		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis.....	24.296	-	24.296	(989)	-	23.307
Trabalhistas.....	17.619	-	17.619	(1.647)	-	15.972
Tributárias.....	2.081	-	2.081	(90)	-	1.991
Ambientais.....	5.177	-	5.177	-	-	5.177
Crédito presumido de PIS/COFINS.....	28.163	-	28.163	-	-	28.163
Crédito prêmio IPI.....	16.456	-	16.456	-	-	16.456
Total.....	93.792	-	93.792	(2.726)	-	91.066

A movimentação das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012, antes da compensação de depósitos judiciais.....	82.642	84.549
Adições.....	31.009	32.300
Utilizações.....	(3.579)	(4.144)
Reversões.....	(31.207)	(31.946)
(-) Compensação de depósitos judiciais.....	(2.391)	(3.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	76.474	77.753

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2012, antes da compensação de depósitos judiciais.....	90.789	93.792
Adições.....	44.252	46.163
Utilizações.....	(4.756)	(4.756)
Reversões.....	(47.643)	(50.650)
(-) Compensação de depósitos judiciais.....	(2.254)	(3.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	80.388	80.774

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição da Procuradoria Jurídica.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Existe grande pulverização no número e no valor dos processos e os mais relevantes estão listados a seguir.

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação cível pública questionando o reajuste tarifário aplicado nos municípios onde a COPASA MG opera em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. A perita apresentou os valores, mas o processo se encontra com vista para o Ministério Público. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de 2013, em R\$359 (2012 - R\$341; 01 de janeiro de 2012 - R\$324).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental vem ajuizando ações civis públicas contra a COPASA MG, questionando o descumprimento da obrigação constante do artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água a investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decurso desses processos no Poder Judiciário surgiram decisões de 1ª e 2ª instâncias favoráveis à autora, de modo que a maioria dos processos passou a ser classificado como perda provável. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, em 31 de dezembro de 2013 o valor provisionado referente a 51 ações é de R\$7.331 (2012 - R\$6.120; 01 de janeiro de 2012 - R\$5.177).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslocamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslocamento desse ocasionado por rompimento dos canos de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. O processo está em fase decisória, sendo que em dezembro de 2013 o Juiz concedeu vistas às autoras e à empreiteira para apresentação das alegações finais, direito ao qual a COPASA MG terá acesso em seguida, e então o Juiz deverá proferir a sentença, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2013 de R\$2.720 (2012 - R\$2.590; 01 de janeiro de 2012 - R\$2.454).

Em 18 de outubro de 2011, Vivina Alves de Oliveira Sales e outras ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais, perante a Vara de Feitos da Fazenda da Comarca de Varginha - MG, em virtude dos prejuízos ocasionados em seu imóvel, supostamente relacionados com vazamento de água, ocorrido na rede pública de abastecimento, no município de Varginha. A partir de setembro de 2012, o processo entrou na fase de exame de laudos periciais, em 29 de outubro de 2013 foi realizada audiência de instrução e julgamento, faltando assim, a prolação da sentença judicial. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.537 (2012 - R\$1.463; 01 de janeiro de 2012 - R\$1.386).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 48,24% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras normalmente arcam com o ônus da condenação. Contudo, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, consequentemente, caracterizadas como inadimplentes em potencial a Companhia poderá ser compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Assim essas ações foram consideradas como perda provável, e a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.992 (2012 - R\$2.054; 01 de janeiro de 2012 - R\$2.594).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autou a Companhia, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2013		31/12/2012	
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições.....	566.221		639.400	
Alíquota nominal.....	34%		34%	
Despesa esperada à taxa nominal.....	(192.515)		(217.396)	
Imposto de renda e contribuição social sobre: (Adições)/exclusões.....				
Realização de correção monetária especial.....	(475)		(1.038)	
Doações e subvenções.....	-		2.451	
Outras (adições)/exclusões.....	(6.841)		(3.303)	
Outros itens de reconciliação.....				
Juros sobre o capital próprio.....	47.458		54.189	
Incentivos fiscais.....	5.947		7.420	
Imposto de renda e contribuição social.....	(146.426)		(157.677)	
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(138.744)		(156.252)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(7.682)		(1.425)	
Imposto de renda e contribuição social.....	(146.426)		(157.677)	
Alíquota efetiva.....	25,9%		24,7%	

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

Controladora / Consolidado	Resultado abran-gente		Reconhe-cido no resultado	
	31/12/2012		31/12/2013	
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios.....	29.139	-	5.609	34.748
Provisão para obrigações atuariais.....	50.792	(39.637)	(1.155)	-
Provisão para ajustes de CPC's.....	126.118	-	10.950	137.068
Provisão para contingências tributárias.....	49.675	-	(6.931)	42.744
Outras provisões temporárias diversas.....	2.526	-	6.242	8.768
Total do ativo.....	258.250	(39.637)	4.715	223.328
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida.....	-	-	-	-
Provisão para ajustes de CPC's.....	81.844	(1.985)	12.397	92.256
Provisão para obrigações atuariais.....	-	12.128	-	12.128
Total do passivo.....	81.844	10.143	12.397	104.384
Total líquido.....	176.406	(49.780)	(7.682)	118.944

Controladora / Consolidado	Resultado abran-gente		Reconhe-cido no resultado	
	01/01/2012		31/12/2012	
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios.....	24.587	-	4.552	29.139
Provisão para obrigações atuariais.....	11.490	38.260	1.042	50.792
Provisão para ajustes de CPC's.....	112.507	-	13.611	126.118
Provisão para contingências tributárias.....	68.047	-	(18.372)	49.675
Outras provisões temporárias diversas.....	2.600	-	(74)	2.526
Total do ativo.....	219.231	38.260	759	258.250
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida.....	1.724	-	(1.724)	-
Provisão para ajustes de CPC's.....	67.941	9.995	3.908	81.844
Total do passivo.....	69.665	9.995	2.184	81.844
Total líquido.....	149.566	28.265	(1.425)	176.406

Em reuniões realizadas em 21 de fevereiro de 2013 pelo Conselho Fiscal e em 22 de fevereiro de 2013 pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pelo Departamento de Planejamento Estratégico e Desempenho Empresarial e pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2013, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	Controladora / Consolidado	
Em 2014.....	10.858	
Em 2015.....	18.803	
Em 2016.....	10.515	
Em 2017.....	10.515	
Em 2018.....	10.515	
Após 2018.....	162.122	
	223.328	

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do Programa de trabalho, e os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item "bancos e aplicações de convênios".

O saldo líquido de convênios está assim composto:

Controladora	A receber (ativo)		Adian-tamento (passivo)		Líquido
	31/12/2013		31/12/2012		
31 de dezembro de 2013					
Estado.....	229.229	(217.981)	11.248		11.248
Outros.....	68.823	(86.618)	(17.795)		(17.795)
Total.....	298.052	(304.599)	(6.547)		(6.547)
31 de dezembro de 2012.....					
Estado.....	232.475	(262.262)	(29.787)		(29.787)
Outros.....	10.340	(12.404)	(2.064)		(2.064)
Total.....	242.815	(274.666)	(31.851)		(31.851)
01 de janeiro de 2012.....					
Estado.....	211.111	(206.370)	4.741		4.741
Outros.....	12.446	(12.102)	344		344
Total.....	223.557	(218.472)	5.085		5.085
Consolidado					
31 de dezembro de 2013					
Estado.....	674.359	(644.266)	30.093		30.093
Outros.....	68.823	(86.618)	(17.795)		(17.795)
Total.....	743.182	(730.884)	12.298		12.298
31 de dezembro de 2012.....					
Estado.....	583.913	(621.583)	(37.670)		(37.670)
Outros.....	10.340	(12.404)	(2.064)		(2.064)
Total.....	594.253	(633.987)	(39.734)		(39.734)
01 de janeiro de 2012.....					
Estado.....	484.400	(478.927)	5.473		5.473
Outros.....	12.446	(12.102)	344		344
Total.....	496.846	(491.029)	5.817		5.817

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

Controladora / Consolidado	31/12/2013		01/01/2012	
		(Reapre-sentado)		(Reapre-sentado)
Obrigações de longo prazo.....	106.010	259.071	149.285	
Obrigações de curto prazo.....	14.342	13.256	12.072	
Total.....	120.352	272.327	161.357	
Contribuições normais.....	12.067	11.346	47	
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial.....	132.419	283.673	161.404	
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:				
Plano de Benefícios RPI - BD.....	3.667	2.687		
Plano Copasa Saldado.....	19.729	11.873		
Novo Plano Copasa - CD.....	948	88		
Total.....	24.344	14.648		
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício.....	100.485	(74.268)		
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente do exercício.....	23.543	(76.942)		

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais anualmente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido - BD patrocinado pela Companhia, vinha apresentando uma situação de déficit atuarial, que foi equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que chegaram, até novembro de 2008, a aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial - DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD Saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de contribuição definida CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2011, após a conclusão do processo de migração, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos; o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos; e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: participante salido de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes.

a) Valores consolidados

Os valores referentes aos três planos de benefícios reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor presente das obrigações financiadas.....	(772.621)	(1.009.615)	(780.417)
Valor justo dos ativos do plano.....	703.355	737.288	619.059
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional).....	(51.086)	-	-
Ativo / (passivo) líquido do plano.....	(120.352)	(272.327)	(161.357)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Em 01 de janeiro.....	1.009.615	780.417
Custo do serviço corrente.....	447	(875)
Custo financeiro.....	91.615	82.083
Contribuições dos participantes do plano.....	1.894	2.000
Remensurações Atuariais.....	(295.992)	179.130
Benefícios pagos pelo plano.....	(34.958)	(33.140)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro.....	772.621	1.009.615

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Em 01 de janeiro.....	737.830	619.060
Retorno real sobre os ativos do plano.....	(24.939)	133.878
Contribuições do empregador.....	23.528	16.033
Contribuições dos empregados.....	1.894	2.000
Benefícios pagos.....	(34.958)	(33.141)
Valor justo em 31 de dezembro.....	703.355	737.830

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos serviços correntes.....	447	(875)
Custo financeiro.....	91.615	82.083
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	(67.718)	(66.560)
Total.....	24.344	14.648

Em 2013, foi realizada a reversão do passivo atuarial da Companhia no valor de R\$176.133, que foi reconhecido no Patrimônio Líquido. Tal fato se deve, principalmente, à variação da taxa de juros de desconto que, nos planos de benefícios RPI e Saldado passou de 9,25% a.a para 11,79% a.a entre 2012 e 2013 e de 8,25% a.a para 11,94% a.a no Novo Plano.

b) Valores segregados por plano de benefício

1) Plano de benefícios RPI - BD

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor presente das obrigações			
financiadas.....	(38.914)	(47.774)	(36.398)
Valor justo dos ativos do plano.....	9.309	4.492	8.518
Ativo/(passivo) líquido do plano.....	(29.605)	(43.282)	(27.880)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Em 01 de janeiro.....	47.774	36.398
Custo do serviço corrente.....	45	34
Custo financeiro.....	4.316	3.817
Contribuições dos participantes do plano.....	283	371
Remensurações atuariais.....	(11.283)	11.048
Benefícios pagos pelo plano.....	(2.221)	(3.894)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro.....	38.914	47.774

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Em 01 de janeiro.....	4.492	8.518
Retorno real sobre os ativos do plano.....	(1.202)	(4.278)
Contribuições do empregador.....	7.957	3.775
Contribuições dos empregados.....	283	371
Benefícios pagos.....	(2.221)	(3.894)
Valor justo em 31 de dezembro.....	9.309	4.492

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$8.354.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos serviços correntes.....	45	34
Custo financeiro.....	4.316	3.8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2013
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	708.956.538	730.704.728	702.237.293	738.583.413	720.020.288
Valor justo dos ativos do plano	684.408.343	684.408.343	684.408.343	684.408.343	684.408.343
Superávit / (déficit) técnico do plano	(24.548.195)	(46.296.385)	(17.828.950)	(54.175.070)	(35.611.945)
Variáveis:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,5%	1,5%	-2,5%	2,6%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-31,1%	30,0%	-49,9%	52,1%	-

3) Novo plano COPASA - CD

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor presente das obrigações financiadas	(13.687)	(16.190)	(15.056)
Valor justo dos ativos do plano	9.638	7.089	4.994
Ativo / (passivo) líquido do plano	(4.049)	(9.101)	(10.062)

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Em 01 de janeiro	16.190	15.056
Custo do serviço corrente	402	(909)
Custo financeiro	1.309	1.445
Contribuições dos empregados	1.611	1.629
(Ganhos) / perdas atuariais	(5.180)	(613)
Benefícios pagos pelo plano	(645)	(418)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	13.687	16.190

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$6.618.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Em 01 de janeiro	7.089	4.993
Retorno real sobre os ativos do plano	(1.758)	(729)
Contribuições do empregador	3.341	1.614
Contribuições dos empregados	1.611	1.629
Benefícios pagos em 31 de dezembro	(645)	(418)
Valor justo em 31 de dezembro	9.638	7.089

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos serviços correntes	402	(909)
Custo financeiro	1.309	1.445
(Receita) esperada sobre os ativos do plano	(763)	(624)
948	88	

As despesas com plano de pensão no valor de R\$948 (2012 - R\$88) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2013 foi negativo de R\$1.758 (2012 - R\$729).

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		Posição em
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2013
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	14.044.716	13.354.474	13.842.422	13.535.168	13.522.895	13.855.680	13.687.217
Valor justo dos ativos do plano	9.638.482	9.638.482	9.638.482	9.638.482	9.638.482	9.638.482	9.638.482
Superávit / (déficit) técnico do plano	(4.406.234)	(3.715.992)	(4.203.940)	(3.896.686)	(3.884.413)	(4.217.198)	(4.048.735)
Variáveis:							
Aumento / redução da obrigação atuarial	2,6%	-2,4%	1,1%	-1,1%	-1,2%	1,2%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	8,8%	-8,2%	3,8%	-3,8%	-4,1%	4,2%	-

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3 bilhões, mediante a deliberação do Conselho de Administração. O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.773.985.614,66 (dois bilhões, setecentos e setenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), representado por 119.684.430 (cento e dezenove milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

Nos aumentos de capital da Companhia, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital na proporção do número de ações que possuírem, na forma dos artigos 171 e 172 da Lei 6.404/76.

Além disso, nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, caso o controlador da Companhia, o Estado de Minas Gerais, inclua a COPASA MG em qualquer plano de desestatização de companhias sob seu controle, referida desestatização só poderá ocorrer mediante prévia realização de um referendo popular que assim a determine. Após a aprovação em referendo popular, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais deverá promulgar lei que autorize a transferência do controle acionário pelo Estado, nos termos da legislação estadual vigente.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais que detém 51,1% das ações da sociedade. A Companhia possui também 357 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, cujo valor é de R\$8.576, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acordos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgotamento sanitário e convênios de cooperação técnica. A Companhia tem o direito de recomprar essas ações, mantidas como "ações em tesouraria", em uma data posterior.

Os 48,6% remanescentes, que representam o *Free Float* da Companhia, são detidos por diversos acionistas.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	Porcentagem de participação
Estado de Minas Gerais	61.189	51,13
Administradores	2	-
Outros acionistas	58.136	48,57
Ações em tesouraria	357	0,30
Total	119.684	100,00

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2013, nenhum valor foi registrado no resultado referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (R\$7.208 em 2012).

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$263.582 (2012 - R\$295.993; 01 de janeiro de 2012 - R\$284.379) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o "plano de ação" aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

(i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo credor dessa conta totaliza R\$23.543 (devedor em 2012 - R\$76.942 e 01 de janeiro de 2012 - R\$2.673).

(ii) Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo credor dessa conta totaliza R\$22.364 (2012 - R\$26.723; 01 de janeiro de 2012 - R\$31.927).

(iii) Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo credor desta conta totaliza R\$17.713 (2012 - R\$4.653; 01 de janeiro de 2012 - R\$2.164).

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício,

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
 - Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
 - Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
 - Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
 - Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.
- Benchmarks para ativos de plano de investimentos:
- Titulos de dívida: CDI;
 - Titulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
 - Imóveis: IGP-M + 6% ao ano;
 - Empréstimos aos participantes: IPCA + 6% ao ano.

A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2013 foi de 11,94% a.a.

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Taxa anual de desconto	11,94% a.a	8,25% a.a.	10,59% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,94% a.a	8,25% a.a	10,59% a.a
Aumento anual de salário	5,00% a.a	7,88% a.a.	7,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de invalidez	Light média	Light média	Light média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2013.

Categoria dos ativos do novo plano

	31/12/2013	31/12/2012
Disponível	0,01%	0,01%
Realizável (previsional e administrativo)	1,46%	2,4%
Ações	0,01%	5,00%
Fundo de investimentos	88,01%	83,94%
Investimentos imobiliários	7,17%	5,50%
Empréstimos e financiamentos	3,34%	3,15%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 01 de janeiro de 2012, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	419.795	481.723	470.437
Reserva legal - (5%)	(20.990)	(24.346)	(23.522)
Reserva de incentivos fiscais	-	(7.208)	(9.409)
Lucro líquido	398.805	450.169	437.506
Dividendo mínimo obrigatório - 25% ..	99.701	112.542	109.377

A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2009, delegou ao Conselho de Administração da Companhia o poder de definir anualmente o percentual a ser pago a título de juros sobre o capital próprio. Assim, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 18 de março de 2013, a distribuição de dividendos de 2013, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no percentual de 35% sobre o lucro orçado, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, no montante de R\$139.582 (R\$1,17 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$9.831. Em 2012, o valor foi de R\$159.381 (R\$1,34 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$9.678. Em 2011, o valor foi de R\$153.127 (R\$1,33 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$11.224.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$47.458. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de "juros sobre o capital próprio a pagar" está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Juros sobre o capital próprio a pagar no início do exercício	46.469	26.921	66.859
Juros sobre o capital próprio propostos ..	139.582	159.381	153.127
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(12.971)	(7.229)	(15.627)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(141.434)	(133.712)	(177.438)
Transferência para impostos a compensar	-	1.108	-
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante	31.646	46.469	26.921

(e) Lucros acumulados

Em 01 de janeiro de 2013		
Lucro do exercício	419.795	
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2013	(139.582)	
Transferência para reserva legal	(20.990)	
Transferência para retenção de lucros	(263.582)	
Reserva de incentivo fiscal	-	
Realização da correção monetária de ativos	4.359	
Em 31 de dezembro de 2013	-	-

Em 01 de janeiro de 2012		
Lucro do exercício (reapresentado)	481.723	
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2012	(159.381)	
Transferência para reserva legal	(24.346)	
Transferência para retenção de lucros (reapresentado)	(295.993)	
Reserva de incentivo fiscal	(7.208)	
Realização da correção monetária de ativos	5.205	
Em 31 de dezembro de 2012	-	-

(f) Lucro por ação

- Básico
 - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra "a" desta nota).
- | | Controladora / Consolidado | |
|--|----------------------------|-------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 419.795 | 481.723 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares | 119.327 | 119.327 |
| Lucro básico por ação | 3,52 | 4,04 |
- Diluído
 - Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que em 31 de dezembro de 2012 restavam apenas 119 debêntures potencialmente conversíveis cujo impacto na diluição do lucro é desprezível.

19. Informação por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como abastecimento de água, esgotamento sanitário e venda de mercadorias.

	Consolidado		Saldo conforme Demonstrações Financeiras
	2013	2012	
Receita bruta dos serviços prestados e das vendas	4.039.456	3.500	4.042.956
Deduções da receita bruta	(309.042)	(517)	(309.559)
Receita líquida dos serviços prestados e das vendas	3.730.414	2.983	3.733.397
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.995.402)	(11.594)	(3.006.996)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	735.012	(8.611)	726.401
Outras despesas operacionais líquidas	-	-	(120)
Resultado financeiro, líquido	-	-	(160.060)
Lucro operacional antes dos impostos ..	-	-	566.221

	Consolidado		Saldo conforme Demonstrações Financeiras
	2012	2011	
Receita bruta dos serviços prestados e das vendas	3.743.705	3.684	3.747.389
Deduções da receita bruta	(297.990)	(1.223)	(299.213)
Receita líquida dos serviços prestados e das vendas	3.445.715	2.461	3.448.176
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.675.193)	(13.749)	(2.688.942)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	770.522	(11.288)	759.234
Outras despesas operacionais líquidas	-	-	3.869
Resultado financeiro, líquido	-	-	(123.703)
Lucro operacional antes dos impostos	-	-	639.400

20. Gestão de Risco Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

No que diz respeito ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, foi criado em outubro de 2012 o Comitê de Aplicações Financeiras. O Comitê delibera de acordo com a Política de Aplicações Financeiras da Companhia e as instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar são analisadas segundo critérios pré-estabelecidos. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente, ou quando ocorre qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Controladora	31/12/2013		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾			
AAA.....	223.264	469.309	94.559
AA.....	20.766	26.933	63.469
A.....	16.290	65	26.520
B (BAA, BA e BBB).....	161	118	56.988
Total.....	260.481	496.425	241.536

⁽ⁱ⁾ Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

Consolidado	31/12/2013		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾			
AAA.....	224.721	470.585	95.394
AA.....	20.766	26.933	63.469
A.....	16.290	65	26.520
B (BAA, BA e BBB).....	161	118	56.988
Total.....	261.938	497.701	242.371

⁽ⁱ⁾ Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
CEF até 1998 e Tesouro Nacional.....	10% dos recebíveis	24.920	24.792	22.459
CEF 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009.....	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	11.234	11.234	11.234
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004.....	RS17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	24.546	23.097	21.956
Contratos sindicalizados II - 2006.....	RS15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	22.091	20.787	19.760
BNDES 2004 (I emissão de debêntures) 300 MM.....	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	22.511	21.291	20.115
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM.....	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	23.738	22.595	21.215
BNDES PAC 2007/2008.....	RS26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	34.289	32.449	30.907
BNDES 181 MM.....	RS7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	8.345	7.881	7.498
BNDES debêntures simples 740 MM.....	RS32 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/10/10	38.233	36.367	34.487
BNDES 288 MM.....	Vinculação da receita igual a 4,5% do saldo devedor das debêntures	12.960	12.960	13.070
Banco KfW.....	Vinculação da receita equivalente à 1 ao serviço da dívida mensal	6.000	6.000	-
CEF - Financiamentos 2011-2012.....	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	6.189	6.189	-

(f) Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. Com objetivo de minimizar tal risco e monitorar antecipadamente o grau de endividamento, a Companhia possui, estatutariamente, uma Política de Endividamento com condições mais restritivas que os contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 12).

(g) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

20.2 - Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazos), conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2013, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2012, foi a de manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e 01 de janeiro de 2012 podem ser assim sumariados:

Controladora	31/12/2013		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Total dos empréstimos e debêntures.....	3.156.267	3.059.378	2.809.959
Menos: caixa e equivalentes de caixa.....	(260.481)	(496.425)	(241.536)
Dívida líquida.....	2.895.786	2.562.953	2.567.588
Total do patrimônio líquido.....	5.337.359	4.934.888	4.533.095
Total do capital.....	8.233.145	7.497.841	7.101.518
Índice de alavancagem financeira - %.....	35	34	36
Índice de capital de terceiros - %.....	54	52	57

Consolidado	31/12/2013		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Total dos empréstimos e debêntures.....	3.157.700	3.059.378	2.809.959
Menos: caixa e equivalentes de caixa.....	(261.938)	(497.701)	(242.371)
Dívida líquida.....	2.895.762	2.561.677	2.567.588
Total do patrimônio líquido.....	5.337.359	4.934.888	4.533.095
Total do capital.....	8.233.121	7.496.565	7.100.683
Índice de alavancagem financeira - %.....	35	34	36
Índice de capital de terceiros - %.....	54	52	57

20.3 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA MG e suas subsidiárias, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e 01 de janeiro de 2012:

Controladora / Consolidado	31/12/2013		
	Ativo		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total do ativo	
Preços cotados em mercado ativos (Nível 1).....	-	-	-
Outros dados significativos observáveis (Nível 2).....	-	-	-
Dados significativos não observáveis (Nível 3).....	48.638	48.638	-
Saldo total.....	48.638	48.638	-

(e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes para cobrir as exigências de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Geralmente, é realizado em nível de cada unidade operacional da Companhia, de acordo com a prática e os limites orçamentários pré-estabelecidos. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a Política de Gestão de Liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Amortização.....	443.577	789.875	599.376	1.295.489
Juros.....	27.949	-	-	-
Empréstimos e financiamentos ..	471.526	789.875	599.376	1.295.489
Fornecedores e outras obrigações	149.680	29.918	32.751	39.148

Em 31 de dezembro de 2012				
Amortização.....	331.820	782.484	606.133	1.307.756
Juros.....	31.185	-	-	-
Empréstimos e financiamentos ..	363.005	782.484	606.133	1.307.756
Fornecedores e outras obrigações	170.653	27.108	29.638	52.939

Em 01 de janeiro de 2012				
Amortização.....	521.288	660.715	431.026	1.174.536
Juros.....	22.394	-	-	-
Empréstimos e financiamentos ..	543.682	660.715	431.026	1.174.536
Fornecedores e outras obrigações	139.415	24.489	44.366	64.261

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

21. Instrumento Financeiro por Categoria

(a) Controladora

	31/12/2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa.....	260.481	-	260.481
Contas a receber de clientes.....	909.685	-	909.685
Bancos e aplicações de convênios.....	36.688	-	36.688
Aplicações financeiras vinculadas.....	97.380	-	97.380
Ativos financeiros de concessões.....	494.836	-	494.836
Título patrimonial.....	-	48.638	48.638
Créditos com controladas.....	109.790	-	109.790
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados).....	161.075	-	161.075
Total.....	2.069.935	48.638	2.118.573

	31/12/2012		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures.....	3.156.267	-	3.156.267
Fornecedores.....	135.338	-	135.338
Leasing financeiro.....	7.769	-	7.769
Total.....	3.299.374	3.299.374	

	31/12/2012		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa.....	496.425	-	496.425
Títulos e valores mobiliários.....	20.135	-	20.135
Contas a receber de clientes.....	798.853	-	798.853
Bancos e aplicações de convênios.....	47.480	-	47.480
Aplicações financeiras vinculadas.....	188.661	-	188.661
Ativos financeiros de concessões.....	390.757	-	390.757
Título patrimonial.....	-	28.850	28.850
Créditos com controladas.....	106.831	-	106.831
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados).....	155.952	-	155.952
Total.....	2.205.094	28.850	2.233.944

	31/12/2012		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures.....	3.059.378	-	3.059.378
Fornecedores.....	157.397	-	157.397
Total.....	3.216.775	3.216.775	

	01/01/2012		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa.....	241.536	-	241.536
Contas a receber de clientes.....	691.857	-	691.857
Bancos e aplicações de convênios.....	9.161	-	9.161
Aplicações financeiras vinculadas.....	328.891	-	328.891
Ativos financeiros de concessões.....	325.493	-	325.493
Título patrimonial.....	-	25.079	25.079
Créditos com controladas.....	76.048	-	76.048
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados).....	153.519	-	153.519
Total.....	1.826.505	25.079	1.851.584

	01/01/2012		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures.....	2.809.959	-	2.809.959
Fornecedores.....	108.068	-	108.068
Total.....	2.918.027	2.918.027	

(b) Consolidado

	31/12/2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa.....	261.938	-	261.938
Contas a receber de clientes.....	914.785	-	914.785
Bancos e aplicações de convênios.....	36.794	-	36.794
Aplicações financeiras vinculadas.....	97.380	-	97.380
Ativos financeiros de concessões.....	494.836	-	494.836
Título patrimonial.....	-	48.638	48.638
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados).....	158.611	-	158.611
Total.....	1.964.344	48.638	2.012.982

	31/12/2012		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures.....	3.157.700	-	3.157.700
Fornecedores.....	156.104	-	156.104
Leasing financeiro.....	7.769	-	7.769
Total.....	3.321.573	3.321.573	

	31/12/2012		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

22. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

Controladora			Controladora						
	2013	2012	31/12/2013			31/12/2012			
			Subsidiárias		Outras				
			Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação	Total	Estado MG	CEMIG	Foz de Jeceaba
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto.....	3.315.144	3.064.739							
Receita de construção.....	707.082	660.725							
Total receita bruta	4.022.226	3.725.464							
Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos ..	(307.408)	(296.374)							
Receita líquida	3.714.818	3.429.090							
Consolidado									
	2013	2012							
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto.....	3.332.374	3.082.980							
Receita bruta de venda de produtos.....	3.500	3.684							
Receita de construção.....	707.082	660.725							
Total receita bruta	4.042.956	3.747.389							
Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos ..	(309.559)	(299.213)							
Receita líquida	3.733.397	3.448.176							
Ativo									
Circulante									
Clientes									
Valores faturados.....	-	-					47.072	-	-
Créditos diversos									
Créditos com controladas.....			398	2.125		2.523	-	-	-
Não circulante									
Empréstimos.....				12.734	878	13.612	-	-	-
AFAC.....	96.178	-				96.178	-	-	-
Ativos disponíveis para venda.....	-	-				-	-	-	48.638
Total do ativo	96.576	14.859	398	14.859	878	112.313	47.072	-	48.638
Passivo									
Circulante									
Convênios.....	-	-					11.248	-	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-					17.476	-	-
Energia elétrica.....	-	-					-	10.832	-
Não circulante									
Provisão para perdas em investimentos.....	73.699	11.884			763	86.346	-	-	-
Total do passivo	73.699	11.884	-	-	763	86.346	28.724	10.832	-
Resultado									
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	-	-					107.828	-	-
Juros e receitas de variações monetárias.....	-	1.373			75	1.448	-	-	-
Dividendos recebidos.....	-	-					-	-	8.913
Controladora									
31/12/2012									
			Subsidiárias		Outras				
			Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação	Total	Estado MG	CEMIG	Foz de Jeceaba
Ativo									
Circulante									
Clientes									
Valores faturados.....	-	-					17.996	-	-
Créditos diversos									
Dividendos a receber.....	-	-					-	-	1.163
Não circulante									
Empréstimos.....	-	19.121			1.076	20.197	-	-	-
AFAC.....	86.634	-				86.634	-	-	-
Ativos disponíveis para venda.....	-	-				-	-	-	28.850
Total do ativo	86.634	19.121	1.076	106.831	17.996	30.013	-	-	-
Passivo									
Circulante									
Convênios.....	-	-					29.787	-	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-					24.197	-	-
Energia elétrica.....	-	-					-	6.618	-
Não circulante									
Provisão para perdas em investimentos.....	63.053	15.931			185	79.169	-	-	-
Total do passivo	63.053	15.931	185	79.169	53.984	6.618	-	-	-
Resultado									
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	-	-					102.077	-	-
Juros e receitas de variações monetárias.....	-	1.187			99	1.286	-	-	-
Dividendos recebidos.....	-	-					-	-	6.288

23. Despesas por Natureza

Controladora	Consolidado	
	2013	2012
Salários e encargos.....	1.011.363	904.002
Materiais.....	118.939	105.436
Serviços de terceiros.....	615.020	536.949
Gerais.....	123.498	109.263
Depreciações e amortizações.....	428.034	377.342
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	73.672	67.019
Provisões para perdas materiais obsoletos.....	-	221
Custos de construção (*).....	690.573	645.645
Custos dos produtos vendidos.....	-	857
Provisões para demandas judiciais.....	31.009	44.252
Equivalência patrimonial.....	7.177	13.320
Participação dos empregados nos lucros.....	32.670	27.613
Outros.....	50.707	48.341
Despesas operacionais	3.182.662	2.879.403
(-) Créditos tributários	(84.044)	(89.681)
Despesas operacionais líquidas	3.098.618	2.789.722
Custos	2.322.956	2.077.253
Despesas	775.662	712.469

(*) Detalhamento dos custos de construção:

Controladora/Consolidado	2013		2012	
Salários e encargos.....	28.756	26.083		
Materiais.....	61.212	94.932		
Equipamentos.....	48.924	69.963		
Serviços de terceiros.....	487.650	393.901		
Custos de financiamentos.....	56.149	60.275		
Outros.....	7.882	491		
Total dos custos de construção	690.573	645.645		

24. Despesas com Benefícios e Empregados

Controladora	2013		2012	
Salários.....	557.100	505.129		
Custos previdenciários.....	170.379	154.578		
FGTS.....	64.999	48.008		
Contribuição para plano de pensão.....	37.282	33.683		
Programa de alimentação.....	116.632	103.646		
Programa de saúde.....	46.785	41.446		
Outros benefícios.....	18.186	17.512		
Total	1.011.363	904.002		
Número de empregados (não auditado).....	11.864	11.611		
Consolidado				
	2013	2012		
Salários.....	564.698	510.926		
Custos previdenciários.....	171.927	155.641		
FGTS.....	65.434	48.340		
Contribuição para plano de pensão.....	37.282	33.683		
Programa de alimentação.....	117.854	103.883		
Programa de saúde.....	46.908	41.544		
Outros benefícios.....	18.229	17.599		
Total	1.022.332	911.616		
Número de empregados (não auditado).....	12.241	11.912		

25. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim resumidas:

Controladora	2013		2012	
Juros ativos.....	9.907	21.696		
Rendimentos com aplicações financeiras.....	37.601	58.710		
Receita de variação monetária e cambial.....	14.200	51.645		
Capitalização de ativos financeiros/outras.....	24.126	2.768		
Total de receita	85.834	134.819		
Juros sobre financiamentos.....	(181.481)	(194.447)		
Despesa de variação monetária e cambial.....	(58.036)	(55.603)		
Outras despesas.....	(5.086)	(7.320)		
Total de despesa	(244.603)	(257.370)		
Resultado financeiro	(158.769)	(122.551)		
Consolidado				
	2013	2012		
Juros ativos.....	8.780	21.903		
Rendimentos com aplicações financeiras.....	37.646	58.717		
Receita de variação monetária e cambial.....	14.136	50.362		
Capitalização de ativos financeiros/outras.....	24.125	2.774		
Total de receita	84.687	133.756		
Juros sobre financiamentos.....	(181.544)	(194.447)		
Despesa de variação monetária e cambial.....	(58.047)	(55.605)		
Outras despesas.....	(5.156)	(7.407)		
Total de despesa	(244.747)	(257.459)		
Resultado financeiro	(160.060)	(123.703)		

26. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 51,13% das ações da sociedade (Nota 18).

(a) Ativo, passivo e resultado

Além dos convênios descritos na Nota 15, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, CEMIG, Foz de Jeceaba e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

Ativo	Controladora		Controladora						
	2013	2012	01/01/2012			01/01/2012			
			Subsidiárias		Outras				
			Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação	Total	Estado MG	CEMIG	Foz de Jeceaba
Circulante									
Clientes									
Valores faturados.....	-	-					8.905	-	-
Convênios.....	-	-					4.741	-	-
Créditos diversos									
Dividendos a receber.....	-	-					-	-	986
Não circulante									
Empréstimos.....	57.541	17.139			1.368	76.048	-	-	-
Ativos disponíveis para venda.....	-	-				-	-	-	25.079
Total do ativo	57.541	17.139	1.368	76.048	13.646	26.065	-	-	-
Passivo									
Circulante									
Juros sobre capital próprio.....	-	-					15.870	-	-
Energia elétrica.....	-	-					-	24.670	-
Não circulante									
Provisão para perdas em investimentos.....	31.046	13.665			893	45.604	-	-	-
Total do passivo	31.046	13.665	893	45.604	15.870	24.670	-	-	-
Resultado									
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	-	-					89.806	-	-
Juros e receitas de variações monetárias.....	5.561	1.542			178	7.281	-	-	-
Dividendos recebidos.....	-	-					-	-	1.160

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2013	2012
Remuneração.....	4.637	4.538
Benefícios assistenciais.....	697	701
Total	5.334	5.239

26.1 - Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- **Águas Minerais**
A partir de janeiro de 2012, a atualização monetária sobre os contratos de mútuo com esta subsidiária deixou de ser calculada e contabilizada, pois o saldo destes contratos foi convertido em adiantamento para futuro aumento de capital, cuja efetivação depende de aprovação da Assembleia Geral Extraordin

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são contabilizadas como ativos intangíveis sob o título "direito de exploração de concessões", e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		
	Empenhados	Realizados	% realização
Belo Horizonte	261.140	73.030	27,97
Betim	80.286	73.521	91,57
Contagem	83.707	83.707	100,00
Montes Claros	121.941	61.417	50,37
Ribeirão das Neves	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni	54.360	-	-

29. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, na data de encerramento das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

30. Exigibilidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Em 1991, a Companhia suspendeu o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituisse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexistente qualquer atuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

31. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora / Consolidado	
	2013	2012
Debêntures convertidas em ações (Notas 12 e 18)	-	137.486
Dividendos propostos (Nota 18)	31.646	46.469
Renegociação de clientes com pagamento através da aquisição de terreno em Teófilo Otoni (Nota 09)	18.527	-
Aquisição redes no município de Carneirinho com pagamento através de ações em tesouraria (Nota 09)	-	614
Transferência convênio PRODES/ANA (Notas 07 e 11)	4.201	7.576

32. Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio, não relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Nossas conclusões consideram nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. Considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento, é possível que em sua conversão em lei o texto seja alterado e nossas conclusões possam ter que ser revista à luz do texto definitivo.

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS Diretor Presidente
PAULA VASQUES BITTENCOURT Diretora Financeira e de Relações com Investidores
CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO Diretor Técnico e de Novos Negócios
GELTON PALMIERI ABUD Diretor de Gestão Corporativa
MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos
JUAREZ AMORIM Diretor de Operação Metropolitana
MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU Diretor de Operação Norte
VALÉRIO MÁXIMO GAMBOGI PARREIRA Diretor de Operação Centro Leste
TILDEN SANTIAGO Diretor de Meio Ambiente
PAULO FERNANDO RODRIGUES LOPES Diretor de Operação Sudoeste
CONTADOR RESPONSÁVEL
GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO Contador - CRCMG - 36.109
BRÍGIDA BUENO MAIOLINI Superintendente de Contabilidade, Custos e Patrimônio

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA Presidente
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS Vice-Presidente
ALENCAR SANTOS VIANA FILHO Conselheiro
ALFREDO VICENTE SALGADO FARIA Conselheiro
ALEXANDRE PEDERCINI ISSA Conselheiro
ÊNIO RATTON LOMBARDI Conselheiro
EUCLIDES GARCIA DE LIMA FILHO Conselheiro
JOSÉ CARLOS CARVALHO Conselheiro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Tendo em vista as projeções realizadas para o crescimento dos negócios em 2014, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas e perfuração e instalação de poços. Além disso, serão investidos recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes (Programa Caça-esgoto), dentre outros.

Para a realização dos investimentos a Companhia deverá utilizar recursos próprios da ordem de R\$335.000, que devem ser aplicados em investimentos diretos e como contrapartida de recursos de terceiros, que importam em R\$648.000. O investimento previsto para 2014 totaliza R\$983.000.

A tabela abaixo sintetiza a destinação dos investimentos da Companhia para 2014:

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 2014 - R\$ MILHÕES	
ÁGUA	353,2
ESGOTOS	610,5
OUTROS	19,3
TOTAL	983,0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 29 de janeiro de 2014, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Copasa à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO: 1ª) aprovar as Demonstrações Financeiras da Copasa (Controladora e Consolidadas em IFRS) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013; 2ª) aprovar a seguinte destinação para o lucro da Copasa, no montante de R\$419.795 mil: R\$20.990 mil serão destinados a compor a Reserva Legal; R\$139.582 mil, correspondendo ao valor bruto de R\$1,17 por ação, serão destinados ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio imputados ao dividendo mínimo da seguinte forma: R\$105.502 mil foi aprovado em reuniões do Conselho de Administração em 18/03/2013, 24/06/2013 e 20/09/2013 e atribuídos aos acionistas; R\$54.100 mil será distribuído proporcionalmente aos acionistas titulares das ações ordinárias com direito a remuneração; R\$263.582 mil serão destinados a compor a Reserva de Lucros Retidos, conforme o orçamento de capital contido no programa de investimentos (Lei nº 6.404/76).

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 27 de janeiro de 2014, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Copasa.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2014.

Paulo Elisiário Nunes Presidente do Conselho	Carlos Eduardo Carvalho de Andrade Conselheiro
Jair Siqueira Vice-Presidente do Conselho	Alvimar Silveira de Paiva Conselheiro
Rafael Rodrigues Alves da Rocha Conselheiro	

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001-03, declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; e
- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2014.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui

também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 20 de fevereiro de 2013, sem ressalva, com parágrafos de ênfase relacionados aos seguintes assuntos:

- as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado até 31 de dezembro de 1997, não registrada pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e registrada para fins de IFRS.
- a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do Poder Executivo Estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto; bem como, este não é inserido no cálculo de tarifas da Companhia. Consequentemente, o referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e também não vem sendo provisionado pela Companhia ou repassado ao Governo Estadual.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2014.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” MG

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2 “S” MG